UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE MATEMÁTICA - LICENCIATURA

DAYSE DANIELA DE CARVALHO DOS ANJOS

DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCACIONAL: UMA AVALIAÇÃO ACERCA DAS EXPERIÊNCIAS DOS DISCENTES DO CURSO DE MATEMÁTICA NO CAA NA PERSPECTIVA DE BOURDIEU

Caruaru
2021

DAYSE DANIELA DE CARVALHO DOS ANJOS

DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCACIONAL: UMA AVALIAÇÃO ACERCA DAS EXPERIÊNCIAS DOS DISCENTES DO CURSO DE MATEMÁTICA NO CAA NA PERSPECTIVA DE BOURDIEU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Matemática-Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Matemática.

Área de concentração: Ensino de Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Marcílio Ferreira dos Santos.

Caruaru

2021

Catalogação na fonte:

Bibliotecária - Simone Xavier - CRB/4 - 1242

A599d Anjos, Dayse Daniela de Carvalho dos.
Desigualdade social e educacional: uma avaliação acerca das experiências dos discentes do curso de matemática no CAA na perspectiva de Bourdieu. / Dayse Daniela de Carvalho dos Anjos. – 2021.
63 f. ; il. : 30 cm.

Orientador: Marcílio Ferreira dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Licenciatura em Matemática, 2021.
Inclui Referências.

Desigualdade social. 2. Educação. 3. Matemática – Estudo e ensino 4. Professores - Formação. I. Santos, Marcílio Ferreira dos (Orientador). II. Título.

CDD 371.12 (23. ed.) UFPE (CAA 2021-

DAYSE DANIELA DE CARVALHO DOS ANJOS

DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCACIONAL: UMA AVALIAÇÃO ACERCA DAS EXPERIÊNCIAS DOS DISCENTES DO CURSO DE MATEMÁTICA NO CAA NA PERSPECTIVA DE BOURDIEU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Matemática - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Matemática.

Aprovada em: 29/06/2021.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profº. Dr. Marcilio Ferreira dos Santos (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profª. Drª. Jaqueline Aparecida Foratto Lixandrão Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profª MScª Lidiane Pereira de Carvalho (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcilio Ferreira dos Santos, agradeço pela orientação, tempo, ensinamentos, dedicação e paciência durante a construção desse trabalho, tenho certeza que sem as suas contribuições esse trabalho não seria concluído.

A minha família agradeço pelo apoio e carinho.

A minha filha Maysa, que é o grande amor da minha vida. Aos meus sobrinhos, Carlos Daniel, Lyvia Karla, Isabela e Lara que sempre trazem felicidade a minha vida.

Agradeço a minha amiga Elba Cristina pela parceria durante toda a graduação, me sinto abençoada por ter a sua amizade, serei sempre grata pela sua vida.

Aos meus amigos Daisy Veruska, Mércia Amorim, Eunice Freitas, Jennifer, Samara, Thamires, Thaís, Débora, Almir, César Menezes, Rosivalda, João Victor, agradeço pelo incentivo e amizade.

RESUMO

Estabelecer reflexões que possibilitem entender como a sociedade se posiciona em relação aos problemas sociais, educacionais, bem como as desigualdades, é de suma importância para que conheçamos como nossa sociedade foi formada. A análise desse contexto nos permitiu encontrar respostas para o nosso objeto de estudo; que foi compreender os impactos da desigualdade social na aprendizagem. Alguns dos passos para entendermos melhor essas repercussões, é avaliar algumas particularidades da educação em relação às desigualdades na conjuntura social, bem como, avaliar as principais diferenças sociais existentes entre as escolas públicas e privadas no Brasil. Através de uma breve passagem pela história do Brasil, foi possível observar, como o país desde o início da sua história apresenta traços de desigualdade, e mesmo passados 520 anos o nosso país ainda apresenta um alto nível de desequilíbrio entre os mais ricos e os mais pobres. Ao longo do tempo as disparidades continuam presentes e o ingresso ao ensino superior continua restrito. Embora haja muito avanço, ainda é necessário viabilizar mais oportunidades de acesso à educação, a fim de que possa proporcionar qualidade de vida para milhões de brasileiros. Pois o conhecimento é a chave de acesso para a reflexão, crescimento e a busca da equidade de direitos. Foi possível perceber, em nosso estudo, que a desigualdade social não é o único fator responsável pelos impactos de desequilíbrio na educação. Vimos também que outros fatores como: as relações familiares, as desigualdades de renda, as relações sociais, religiosas e até mesmo o local de nascimento dos indivíduos são fatores que podem de certa forma, repercutir direta ou indiretamente na aprendizagem. Através da pesquisa realizada para este trabalho, foi possível perceber como os futuros docentes em matemática relatam o apoio familiar e incentivo recebido para cursar o ensino superior.

Palavras-chave: Desigualdade. Educação. Formação Docente. Matemática.

ABSTRACT

Establishing reflections that make it possible to understand how society positions itself in relation to social and educational problems, as well as inequalities, is of paramount importance for us to know how our society was formed. The analysis of this context allowed us to find answers to our object of study; understanding the impacts of social inequality on learning. Some of the steps to better understand these repercussions is to evaluate some particularities of education in relation to inequalities in the social conjuncture, as well as to evaluate the main social differences existing between public and private schools in Brazil. Through a brief passage through the history of Brazil, it was possible to observe how the country since the beginning of its history has traces of inequality, and even after 520 years our country still has a high level of imbalance between the richest and the poorest. Over time the disparities remain present and the entry into higher education remains restricted. Although there is much progress, it is still necessary to enable more opportunities for access to education, so that it can provide quality of life for millions of Brazilians. For knowledge is the key to access for reflection, growth and the search for equity of rights. It was possible to perceive, in our study, that social inequality is not the only factor responsible for the impacts of imbalance in education. We also saw that other factors such as: family relationships, income inequalities, social and religious relationships and even the place of birth of individuals are factors that can in some way, have a direct or indirect impact on learning. Through the research carried out for this work, it was possible to perceive how future teachers in mathematics report family support and encouragement received to attend higher education.

Keywords: Inequality. Education. Teacher Training. Mathematics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Contexto social e influências.....	38
Quadro 2	Docência e mudança de hábitos.....	39
Quadro 3	Ambiente acadêmico.....	40
Quadro 4	Escolaridade dos pais.....	41
Quadro 5	Profissões exercidas pelos pais dos discentes.....	42
Quadro 6	Quadro 6: Resposta dos discentes em relação a mudança no status social.....	43
Quadro 7	Ganho mais relevante através da formação superior.....	44
Quadro 8	Respostas dos participantes.....	45
Quadro 9	Escolha pela docência.....	46
Quadro 10	Novos hábitos a partir da entrada no ensino superior.....	47
Quadro 11	Posicionamento dos alunos em relação a profissão docente.....	48
Quadro 12	Comunidade acadêmica.....	50
Quadro 13	A influência do professor.....	51
Quadro 14	Criticidade promovida pela entrada no ensino superior.....	52

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	10
1.1	OBJETIVOS	12
1.1.1	Objetivo geral	12
1.1.2	Objetivos específicos	12
2	**DISCUSSÃO TEÓRICA**	13
2.1	DESIGUALDADE DE MODO GERAL	13
2.2	RESUMO DA HISTÓRIA DA DESIGUALDADE NO BRASIL (DO PERÍODO COLONIAL À REPÚBLICA)	15
2.3	RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE A DESIGUALDADE E A EDUCAÇÃO	20
2.4	A DESIGUALDADE DE RENDA E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO	23
3	**ESPÉCIE HUMANA EDUCAÇÃO DE DESIGUALDADE**	26
3.1	O SER HUMANO PELA VISÃO DE BERNARD CHARLOT	26
3.2	PEDAGOGIA TRADICIONAL E PEDAGOGIA NOVA: CONSTRUÇÃO ATRAVÉS DA VISÃO DO SER HUMANO	27
3.2.1	Pedagogia tradicional	27
3.2.2	Pedagogia nova	27
3.2.3	Tensões entre a norma e o desejo	27
3.2.4	Relação com o saber	29
4	**A TEORIA DO HABITUS EM PIERRE BOURDIEU**	31
4.1	O SISTEMA DE ENSINO	31
4.2	HABITUS, CAMPO E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA	32
5	**METODOLOGIA**	35
5.1	NATUREZA DA PESQUISA	35
5.2	CAMPO E SUJEITO DA PESQUISA	36
5.3	INSTRUMENTO DA PESQUISA	36
5.4	O QUESTIONÁRIO	37

6 ANÁLISE E RESULTADOS..... 41
6.1 PERGUNTAS, RESPOSTAS E RESULTADOS..... 41
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 54
REFERÊNCIAS..... 56
.
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO VIRTUAL..... 61

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a desigualdade sempre esteve presente, e entender o processo que levou o Brasil a ser um dos países mais desiguais do mundo, é entender como e por que chegamos até aqui, ou seja, quais estruturas perpetuaram esta desigualdade endêmica. A desigualdade, além de gerar o aumento da pobreza, não permite que os mais necessitados consigam alcançar o básico para uma sobrevivência digna. O próprio banco mundial que anteriormente defendia a ideia de que o crescimento econômico do PIB impactaria na diminuição da desigualdade já ponderou que as políticas as quais eles estimularam podem ter sido responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades**.**

Há quem defenda que a desigualdade não seria o principal problema, mas sim a existência de pobreza. Mas as estruturas têm se mostrado perpetuadoras de status quo. Isto está na sociedade de várias formas que exploraremos no texto; mas, em resumo, quem integra a elite costuma gozar de vantagens que perpetuam números de distribuição de riqueza como os citados acima. E, deste modo, para os mais pobres alcançarem uma renda suficiente, ou seja, para acabarmos com a pobreza, seriam necessárias muitas décadas. De modo que entendemos que, nesta direção, para combater a pobreza se faz necessário combater a desigualdade.

Por muito tempo, acreditou-se que bastava ofertar uma educação pública e as pessoas alcançariam suas posições sociais merecidas pelo próprio esforço. Entretanto alguns relatórios começaram a enfraquecer essas teses, pois foi possível verificar que as escolas, na realidade, serviam como perpetuadoras dos privilégios ao valorizar certas bagagens culturais que os alunos mais abastados teriam. De modo que, mesmo em uma sociedade com boas escolas para todos, a bagagem cultural dos pais reservou aos filhos posições privilegiadas na sociedade.

Alguns importantes trabalhos nesta direção são devidos ao sociólogo francês Bourdieu, que ao conferir dados de Liceus de Paris pôde notar que os alunos em situação de fracasso escolar eram estatisticamente filhos dos mais pobres e os mais bem sucedidos tinham pais com bagagem cultural que tornaria suas experiências na escola mais facilitada. Este determinismo social do fracasso acabou por enfraquecer a convicção das pessoas e gerar revoltas dos setores médios da sociedade e dos pobres que percebiam que tinham sido enganados pela utopia meritocrática.

Como a desigualdade afeta a vida da população e quais os reflexos na aprendizagem dos alunos são alguns dos questionamentos presentes neste trabalho. Assim como: A desigualdade de renda tem influência na aprendizagem? As provas externas refletem realmente o que os alunos aprenderam? A aprendizagem em matemática é maior em escolas privadas?

Algumas destas questões já têm respostas e nos preocupamos em reconstruir um apanhado de trabalhos que demonstrem estes fatos com nossa revisão de literatura. Entretanto, compreender a desigualdade ainda não é um problema concluído. Muitos dos teóricos da educação, além de compreenderem a estrutura, passaram a estudar meios de contornar os problemas, visando alcançar uma sociedade verdadeiramente mais justa.

Os reflexos da não aprendizagem podem permanecer durante toda a jornada escolar dos alunos, no entanto, pode gerar consequências muito mais sérias quando esse aluno ingressar no mercado de trabalho, ou até mesmo fazendo com que ele não consiga concluir todas as etapas escolares.

Todos esses questionamentos fazem refletir em como a educação pode aumentar ou diminuir a desigualdade. Como os alunos brasileiros mais pobres chegarão ao mercado de trabalho, estamos formando adultos reflexivos, ou apenas passando a cada ano os alunos para a etapa seguinte.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Examinar, sobre a ótica da teoria de Bourdieu, como as experiências acadêmicas e pessoais dos discentes da Matemática Licenciatura UFPE contribuíram em suas trajetórias acadêmicas.

1.1.2 Objetivos específicos

- Compreender as relações de desigualdade no Brasil ao longo da história.
- Estudar a origem da Escola Pública no Brasil desde a sua função e as suas influências na história de desigualdade dos brasileiros.
- Compreender a trajetória dos estudantes de matemática do CAA.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentaremos como o conceito de igualdade está presente na sociedade, além de explorarmos como a desigualdade está presente na história do Brasil desde o período colonial. Também será possível conhecer se existe relação entre a desigualdade e a matemática.

2.1 DESIGUALDADE DE MODO GERAL

O conceito de igualdade está presente na consciência dos indivíduos a muito tempo. Em ciência política, a igualdade é a pressuposição que dois indivíduos não se distinguem entre direitos e deveres. Na constituição, o conceito de igualdade é expresso da seguinte forma: **"Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes da constituição federal". (BRASIL, 2016).

Segundo Cantante (2019), a ideia de igualdade ou desigualdade econômica e social é uma temática importante desde a antiguidade ocidental, sendo tema de debates frequentes na história da política do mundo ocidental. Ainda segundo Cantante (2019), os conceitos de igualdade ou desigualdade são uma forma de compreender como se comportam membros ou grupos sociais, é também um modo de entender a construção de uma sociedade.

Considerando-se a diversidade na sociedade, a equidade passa a ser um conceito necessário ao adaptar os direitos e deveres a situações e assim tornar sua aplicação mais justa. Apesar da igualdade constar nas constituições há muito tempo, só com o passar dos anos e muitas reivindicações as interpretações progressistas passaram a incluir igualdade de raça, gênero, credo e afins.

Defende-se a ideia de uma sociedade igualitária, com oportunidades iguais para todos, mas, afinal, ainda existem muitos aspectos de desigualdade nas sociedades. Ser desigual quase sempre implica ter um grupo inferior a uma condição média considerada razoável. Enxergar as desigualdades como um fato existente ainda é um desafio, pois costuma mexer com privilégios de certas classes que não aceitam facilmente terem que mudar seu modo de vida. Por outro lado, para Pinheiro

(2009), não existe quem esteja satisfeito com a inferioridade, é muito mais fácil falar em igualdade do que de fato alcançá-la.

A igualdade pressupõe a cidadania, pois ser cidadão é ter direitos cívicos, políticos e sociais, segundo a visão de Marshall (1950). Por último, não casualmente, os direitos sociais foram os últimos a serem reconhecidos como dever do estado para com seus cidadãos. Por exemplo, o direito à educação não existia antes da constituição de 1988, ou seja, o estado não era obrigado a fornecer educação gratuita a quem não pudesse pagar, sendo considerada uma assistência ou um amparo para quem não pudesse pagar. De modo que estas questões passaram a ser consideradas essenciais para a cidadania recentemente e são contempladas atualmente pela declaração de direitos humanos.

Desde o fim do século XIX, a discussão sobre a problemática da desigualdade muda do paradigma do Darwinismo social que pressupunha que a desigualdade era uma característica inerente a raça humana, ou seja, a própria superioridade dos seres humanos levaria certos seres humanos a merecerem e concretizarem que acumulassem grandes fortunas e, portanto, não seria uma consequência da estrutura social. A principal referência nessa perspectiva seria o Spencer que acabou por ser parcialmente apagado da história da sociologia por seus contemporâneos Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber que passaram a ser considerados seus pais fundadores. A desigualdade, neste ponto, adquiriu legitimidade intelectual e política, e daí em diante o debate entre reformistas, revolucionários e conservadores se efervesceu, incluindo, mesmo nos contrários a visão do combate à desigualdade, uma visão da sociedade estratificada, ou seja, baseada no conflito entre as classes (De Souza, 2018).

Thomas Piketty em seu livro O capital no século XXI (PIKETTY, 2014) retoma a temática, ressaltando o problema da acumulação de riqueza e as consequências da geração de muito ricos, mostrando que a discussão é muito atual (DE SOUZA, 2018).

O geógrafo brasileiro Milton Santos, em seu livro O Espaço do Cidadão (SANTOS, 2007), discute o que é a cidadania. Em resumo, entendemos ser cidadão o indivíduo com seus deveres e direitos garantidos. Não apenas proferidos na carta magna, mas presentes na existência dos indivíduos, sendo isto muito importante. Não basta apenas termos a declaração que somos cidadãos, é necessário o acesso aos direitos fundamentais. Caso contrário, o texto se torna apenas de retórica persuasiva. O livro citado é provocativo ao esquadrinhar a cidadania e as diferenças de acesso a

direitos dependendo da classe do indivíduo e da sua distribuição espacial, pois, por exemplo, num aspecto simplista 35,7% da população não tem acesso a esgoto em 2019 e as regiões Norte e Nordeste são as mais afetadas. Reforçando a tese de Santos que a cidadania também influencia na distribuição social e espacial.

A distribuição desigual de oportunidades, escolaridade, renda, qualidade de vida e de conhecimento, tornam as condições sociais cada vez mais precárias. Quem tem muito, recebe muito e tem acesso a direitos políticos que garantem esse privilégio. Por outro lado, quem tem pouco, recebe pouco e quem não tem nada, continua sem nada. Assim, por não haver perspectiva de ter suas reivindicações atendidas, os direitos políticos, sociais caem como retórica frágil para o povo. A desigualdade é um fenômeno social, com efeitos negativos, sentidos principalmente em grupos mais vulneráveis. Cantante (2019), expõe que a frequente desigualdade pode gerar conflitos, retomando a longa discussão exposta por (De Souza, 2018), sendo a igualdade um fator que garante o equilíbrio de uma sociedade.

Fica evidente que, embora a desigualdade esteja presente e seja um tema debatido em diversos momentos da história, ainda não foi possível a construção de uma sociedade com condições de igualdade ou ainda que garanta o equilíbrio social. Também não há consenso político e quais medidas devemos adotar para combater o aprofundamento das desigualdades. Por outro lado, pelo exposto, é evidente que a desigualdade é um problema social a ser combatido devido a tamanhas mazelas que ela gera.

2.2 RESUMO DA HISTÓRIA DA DESIGUALDADE NO BRASIL (DO PERÍODO COLONIAL À REPÚBLICA) E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO.

Com a chegada de Pedro Álvares Cabral e suas embarcações nas praias da Bahia em 22 de abril de 1500, começa o que se conhece historicamente como o descobrimento do Brasil. Os índios que habitavam as terras brasileiras foram enganados, passaram a trocar madeira, e todas as riquezas naturais que eram encontradas em solo brasileiro. Os portugueses ofereciam materiais sem qualquer valor, e levavam o que de melhor existia. Com o passar do tempo, os índios perdem o interesse pelas bugigangas europeias e passam a resistir e a oferecer o trabalho braçal. Pela falta de mão-de-obra e com a intenção de aumentar a produção, é trazido ao Brasil as primeiras embarcações de escravos. Nativos da África, os escravos eram

obrigados a trabalhar em muitas situações até a morte, as mulheres além de escravizadas, estupradas e seus filhos sofriam todo tipo de abusos.

O período entre o descobrimento em 1500 até seu fim em 1808 é conhecido com período colonial. Nessa época, a educação existente nas tribos que habitavam o Brasil baseava-se em aprender através da observação do trabalho exercido pelos membros mais velhos da tribo, ou também, por meio da realização direta das atividades. Segundo Costa e Menezes (2009) os índios mais velhos ensinavam aos mais novos as regras de convívio social, os rituais, o trabalho e a guerra, entre outras atividades. Com a chegada dos europeus, a educação deixa de ocorrer de maneira informal, passando a acontecer através de preceitos religiosos, conhecido como catequese.

Costa e Menezes (2009, p. 32), descrevem a educação brasileira no período colonial, no trecho abaixo:

> Falar de educação na sociedade colonial brasileira é falar de como os homens se educavam, os valores e virtudes a serem favorecidos, os vícios a serem evitados, os saberes considerados fundamentais para o exercício da vida comum ou da vida letrada, tudo isso em meio a um contexto em que o Brasil, enquanto nação, não existia ainda, pois predominava a política, a economia, a cultura portuguesa.

Para Ribeiro (1993), no período colonial brasileiro, a mão de obra que existia era a mão-de-obra escrava e a dominação estava nas mãos dos proprietários de terras. Uma sociedade burguesa necessitava apenas do trabalho braçal, não havendo interesse que seus membros fossem alfabetizados.

Segundo Ribeiro (1993, p.1) afirma que:

> Uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática, sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, não necessitava de pessoas letradas e nem de muitos para governar, mas sim de uma massa iletrada e submissa. Neste contexto, só mesmo uma educação humanística voltada para o espiritual poderia ser inserida, ou seja, uma cultura que acreditava ser neutra.

Para que os nativos continuassem a ser explorados e pudessem ser convertidos ao cristianismo, em 1549 chegaram ao Brasil os padres da ordem dos jesuítas, juntamente com Tomé de Souza que era o primeiro governador geral da colônia portuguesa.

De acordo com Ribeiro (1993), a Companhia de Jesus veio para o Brasil com o objetivo de converter os índios ao catolicismo e assegurar que esses continuariam

a ser dominados pelos portugueses. Ribeiro (1993) ainda expõe que a educação média era um privilégio para homens brancos da classe dominante, exceto para as mulheres e o filho primogênito, que deveria permanecer junto ao pai para futuramente assumir a administração das propriedades da família. A educação superior na colônia seria voltada apenas para os filhos da nobreza que quisessem ingressar na classe sacerdotal. Portanto, a educação de qualidade no Brasil, visava uma minoria da população (elite) sempre reproduzindo e mantendo as desigualdades como fator de dominação. Com a expulsão dos padres jesuítas em 1759 de Portugal e de todas as suas colônias, inicia-se o período conhecido como Pombalino, o período recebeu esse nome em referência ao ministro de Portugal, o Marquês de Pombal.

O período Pombalino é iniciado e decorre até o ano de 1788. Nesse período, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, instaura uma nova reforma administrativa e educacional. Após o período de quase dois séculos da intervenção dos Jesuítas na colônia brasileira, a reforma proposta pelo Marquês de Pombal tira das mãos da Companhia de Jesus a educação dos colonos brasileiros, e a educação passa a ser responsabilidade da coroa portuguesa.

De acordo com Maciel e Neto (2006, p. 470), “Na administração de Pombal, há uma tentativa de atribuir à Companhia de Jesus todos os males da Educação na metrópole e na colônia, motivo pelo qual os jesuítas são responsabilizados pela decadência cultural e educacional imperante na sociedade portuguesa”.

Scachetti (2013) relata que no período pombalino, durante o reinado de Dom José I, houve interesse que o reino evoluísse, as aulas que eram ministradas pelos padres jesuítas passaram a ser ministradas por professores que participaram do primeiro concurso público para professores em 1760 que ocorreu no Recife, as aulas ministradas eram de ler, escrever, contar e humanidades, a educação passou a ser laica, no entanto, o catolicismo ainda estava presente.

Segundo Maciel e Neto (2006, p.470), o Marquês de Pombal pretendia inserir medidas para organizar a educação, isso porque, ele não acreditava que a educação existente era satisfatória.

> As principais medidas implementadas pelo marquês, por intermédio do Alvará de 28 de junho de 1759, foram: total destruição da organização da educação jesuítica e sua metodologia de ensino, tanto no Brasil quanto em Portugal; instituição de aulas de gramática latina, de grego e de retórica; criação do cargo de ‘diretor de estudos’ – pretendia-se que fosse um órgão administrativo de orientação e

> fiscalização do ensino; introdução das aulas régias – aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas; realização de concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias; aprovação e instituição das aulas de comércio.

As mudanças propostas por Pombal, foram consideradas impossíveis e inalcançáveis, fazendo com que as alterações não se cumprissem. Com o fim do período pombalino, inicia-se o Período Imperial Brasileiro, esse período tem seu início em 1822 e é finalizado em 1889 com a proclamação da república. No período imperial, a economia presente ainda era construída através da mão de obra escrava, a educação continuava predominantemente para a parcela elitizada da sociedade. Com a intenção de inserir um novo regime político e retirar das mãos dos senhores de engenho a criação e a aplicação das leis, o imperador Dom Pedro I convocou eleições para construção de uma Assembleia Nacional Constituinte, embora, essa Assembleia tenha sido aprovada, pouco tempo depois foi esquecida e anulada, mesmo assim, as mudanças na organização da educação começam a acontecer.

A partir desse momento, a educação no Brasil começa a ser pensada e organizada em um modelo de educação nacional. No entanto, Silva e Santos (2019) apontam que o interesse em organizar a educação no período imperial seria para suprir os desejos da sociedade com maior poder aquisitivo e continuar a excluir os grupos menos favorecidos. Ainda segundo os autores citados anteriormente, a educação no período imperial estava organizada em três níveis: no nível primário era possível aprender a ler e a escrever, no nível secundário estavam as aulas régias e o nível superior estava à disposição da elite. Em 1827, os cursos das primeiras letras e os cursos jurídicos entram em vigor em São Paulo e Olinda, no entanto, esses cursos são voltados apenas para atender os interesses da elite. Em 1871, a escravidão teoricamente começa a ser finalizada, a Lei do Ventre Livre garante a liberdade aos filhos nascidas de escravas. Em 1885, a Lei dos Sexagenários permite que os escravos maiores de 65 anos sejam livres e finalmente em 1888 é instaurada a lei Áurea, permitindo a abolição da escravidão (Correa, 2019).

De modo geral, infere-se que a estrutura do estado estava definindo, através da educação, a classe dos que ocuparam cargos elevados e a classe da “ralé” brasileira. Como a elite tinha acesso a formação mais elevada, ocuparia cargos de poder no estado e “confirmaria” a desigualdade entre os brasileiros.

A conspiração do golpe militar de 1889 organizado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, daria início a queda da monarquia, porém, Deodoro da Fonseca não derruba a monarquia nesse primeiro encontro, apenas é tirado de cena o presidente do conselho dos ministros. Em 15 de novembro de 1889 é proclamada a República do Brasil. Começa, então, o período da Primeira República (1889 a 1930), nesse período o governo federal iniciou várias reformas educacionais.

Com a constituição de 1891, o Brasil passa a ter pela primeira vez um sistema presidencialista, é instaurado os poderes executivo, legislativo e judiciário, além disso, o direito ao voto conferido anteriormente apenas aos mais ricos, passa a ser direito de todos ao menos na retórica do texto. No entanto, segundo Oliveira e Santana (2010) a União que antes era responsável pela educação no país, assume apenas a educação no Distrito Federal, transferindo aos estados a responsabilidade de organizar o seu próprio sistema educacional. Ainda segundo Oliveira (2010) os estados do Sul e Sudeste constroem seus próprios sistemas de ensino e transferem aos seus municípios, porém, os estados do Norte e Nordeste não se responsabilizam em construir seus próprios sistemas, deixando os municípios com essa responsabilidade. Essa transferência de responsabilidade da União, passa a gerar um grande desequilíbrio educacional, enquanto os estados do sul e sudeste avançam, os estados do norte e nordeste passam a ter uma educação precária e desorganizada. Esta decisão, em um país continental, marcada por estruturas de poder e interesses distintos de regiões. A saber, o Coronelismo foi marcante no Brasil por muitas décadas e influenciando os processos eleitorais e consequentemente as estruturas que garantiriam a cidadania e igualdade dos brasileiros.

Para Oliveira e Santana (2010, p. 16) essa desorganização é a primeira exclusão de atendimento no Brasil.

> Essa diferença na forma de expansão, em certa medida decorrente da estrutura tributária vigente, é a explicação primeira da desigualdade no atendimento educacional no país. Os estados mais ricos assumiram diretamente a responsabilidade pela oferta e os mais pobres passaram-na para seus municípios, ainda mais pobres que os respectivos estados. Estes se desincumbiram da tarefa nos limites de suas possibilidades.

Em 1930, com o governo de Getúlio Vargas, a educação volta a ser responsabilidade do governo federal, contudo, Oliveira e Santana (2010) relatam que poucas mudanças ocorreram com essa volta de responsabilidade a União.

> O problema é que, quando se analisa a materialização desse arranjo, observa-se que a desigualdade se mantém significativa, posto que a divisão dos recursos orçamentários, decorrente da estrutura tributária, não se altera. Tal situação é agravada com a Constituição de 1988, ao incorporar o município como ente federativo, evidenciando-se descompasso entre os recursos disponibilizados a cada um e suas responsabilidades na oferta educacional, mesmo considerando-se os mecanismos de transferências intergovernamentais.

Centralizar a educação não causa um grande impacto se não existe proporcionalidade de recursos orçamentários. Assim a capacidade de um município de gerir a educação já é, na origem, desigual. Aprofundando ainda mais a desigualdade.

Uma “lei do boi” que mostra o quanto as estruturas legais no Brasil estimularam, ao contrário do que faria sentido, os filhos da elite a terem mais oportunidades reservadas. Assim, por um tempo no Brasil, ao invés de compensar a desigualdade de acumulação de terras, eles buscaram favorecer quem já tinha terras. A ideia seria que o mau uso do solo diminuiria a oferta de terra e concentraria as terras nas mãos de alguns poucos. Assim eles ofertaram cotas aos filhos de proprietários de terra com a justificativa que se eles pudessem preservar mais o solo, sobraria mais para os outros cidadãos (MAGALHÃES, 2017). Deste modo, eles evitariam a redistribuição de terra e aumentavam ainda mais a diferença formativa entre o camponês e o filho da elite.

Em 1996, uma nova política de transferência de recursos é iniciada, a partir desse momento os estados começam a receber recursos financeiros federais pela quantidade de gastos de cada aluno matriculado, para que os recursos federais chegassem integralmente aos estados era necessário que a média nacional de educação fosse atingida. Embora, a política de transferência per capita possa ser vista como algo positivo, a desigualdade de recursos estava em desequilíbrio, enquanto os estados mais ricos conseguiam está acima da média nacional de educação e ter um grande número de alunos matriculados, estados mais pobres recebiam menos recursos, pois, como não tiveram oportunidades de atingir metas decorrente de processos que não favoreceram uma educação com qualidade anteriormente, sofreram mais com esse processo.

Em 2007 é criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a partir da criação

do Fundeb a União começa a distribuir os recursos de acordo com a economia e o desenvolvimento social de cada região brasileira.

2.3 RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE A DESIGUALDADE E A EDUCAÇÃO

A matemática europeia proveniente dos gregos, surge na época de Tales e Euclides, é traduzida pelos árabes, retornando para Europa entre os séculos XIII e XV. Contudo, esse relato surge do princípio de que a matemática seria um saber único, divulgado pelos egípcios e mesopotâmicos, sendo uma criação dos gregos. No entanto, não há indícios suficientes que comprovem essas colocações, visto que, quando a matemática grega surge, a matemática da Mesopotâmia já estava desaparecida (Roque, 2012).

No Egito, a matemática era feita pelos escribas reais, eles eram responsáveis por contabilizar os gastos com as construções, calcular os impostos que seria devolvido ao faraó, além de ficarem responsáveis por toda administração. Dessa forma, a matemática surge no Egito também com a intenção de contabilizar os lucros e evitar os prejuízos.

No século XIV, surge o movimento dos humanistas italianos, esse movimento aparece com a intenção de enaltecer a sabedoria dos europeus mais antigos. Diversos trabalhos foram escritos para elevar o conhecimento matemático dos gregos, deixando de lado as contribuições de outros matemáticos de outras nacionalidades. A função da matemática não deve ser apenas de enaltecer uma parte da história, sua função também deve ser social e política (Ramos, 2012).

Na Europa do século XVI, na cultura europeia não havia separação entre o tratamento do conhecimento de alto nível e da cultura popular, a compreensão entre os saberes de diferentes classes sociais era compartilhada, estando à disposição de todos. No entanto, com tensões que seguiram pela obtenção de demarcação de conhecimento superior. O conhecimento que antes era compartilhado, passa a ser dividido por classes sociais. “A imagem da Matemática como um saber superior, acessível a poucos, ainda é usada para distinguir as classes dominantes das subalternas, o saber teórico do prático.” (RAMOS, 2012. p.12).

Com a divisão das classes sociais, o conhecimento de alto nível fica à disposição de uma pequena parcela privilegiada da sociedade, impedindo que a maioria consiga ter acesso aos benefícios que esse conhecimento pode proporcionar.

O acesso à educação de qualidade permite a uma sociedade benefícios que vão além de ganhos econômicos. Uma população mais educada, tem maior conhecimento de seus direitos, cuida melhor da saúde, têm maior consciência na escolha de seus representantes políticos. Em contrapartida, espera-se de uma sociedade com menores índices educacionais, convivendo com mais violência, fome, pobreza, maior quantidade de população carcerária, além de possuir mais analfabetos ou população menos alfabetizada. Não que a falta de formação implique em menores critérios morais, mas que uma população com mais "ferramentas" está mais apta a buscar alternativas criativas a seus problemas. Encontrando essas soluções e sabendo buscar seus direitos, o cidadão passa ter valor para as estruturas de poder, devido a eles organizados serem capazes de exigirem que seus direitos sejam restabelecidos.

Para fundamentar esta relação grau de escolaridade ou acesso à educação versus ganhos de cidadania, citamos alguns artigos que debatem a relação acesso à educação com alguns índices sociais. Não estamos preocupados, neste trabalho, em apontar a causalidade da questão, mas apontar essa relação estatística entre os dados. Um estudo muito popular acerca do resultado de se investir em educação foi feito pelo, agraciado com o Prêmio de Ciências Econômicas em Homenagem ao Nobel James Heckman. No relatório (UNESCO, 2007), alguns estudos com argumento econômico mostraram que, quando dois grupos de alunos foram acompanhados, sendo estes dois grupos de crianças de 3-6 anos, onde o primeiro grupo teve acesso a uma pré-escola de alta qualidade e puderam se desenvolver nesta fase. Enquanto o outro grupo não teve a mesma oportunidade. Com o passar dos anos observou-se que as médias e o "sucesso escolar" e profissional tendiam para o ganho do grupo que teve acesso a uma educação melhor.

A importância do trabalho é devido a demonstrarmos que não existe superioridade dos que alcançam o sucesso escolar. Isto se trataria apenas do resultado de um investimento, da oferta de oportunidade. Quem não tem oportunidade não obtém o sucesso estatisticamente e nada mais.

Claro que o trabalho mostra que ao investir mais cedo, você teria retornos maiores, incluindo mostrando que os que tiveram oportunidade de estudo mais cedo tiveram menor tendência estatística de terem cometido crime no futuro, mas não elimina a importância de investir em educação em qualquer fase da vida acadêmica.

Queremos citar também que (REIS, 2011, p. 192), mostra que pais mais educados implicaram em filhos que iriam mais adiante na vida acadêmica e teriam maior rendimento no futuro:

> Evidências na literatura mostram que as diferenças educacionais, assim como nos rendimentos, apresentam um elevado grau de persistência de uma geração para outra no Brasil. Os resultados apresentados nesse artigo indicam que a estrutura educacional da família parece ter um papel importante nesse processo de transmissão da desigualdade de rendimentos entre gerações. Trabalhadores cujos pais ou mães alcançaram níveis mais altos de educação tendem a apresentar não apenas mais anos de estudo em média, como também os retornos à escolaridade são maiores do que aqueles cujos pais ou mães adquiriram poucos anos de escolaridade. (REIS, 2011, P. 192)

Assim, investir na educação dos jovens de hoje implicaria, dentro de condições a serem estudadas, além do resultado na sociedade atual, num impacto nos filhos destes jovens. Num ideal progressista de sociedade onde o investimento nesta geração potencializa o resultado das gerações vindouras.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil no ano de 2017, após levantamento sobre dados penitenciários, chegou ao chocante número de 726.712 encarcerados nos presídios brasileiros. Além disso, segundo o Conselho Nacional de Justiça, através de uma pesquisa realizada no ano de 2018, foi possível verificar que há mais de 22 mil adolescentes infratores internados nas unidades socioeducativas. Dados do Portal Educação (2015) expõem que mesmo estando no século XXI o Brasil ainda possui 14 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais. A maior parte da população carceraria é do sexo masculino, predominam pretos, pardos, pobres e com menor nível de escolaridade. Dessa maneira, fica claro que a educação brasileira ainda está muito distante de permitir uma vida com maior dignidade para a maior parte dos brasileiros.

Mesmo com os investimentos do governo federal, através das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), a educação não tem chegado com a mesma qualidade para todos os estudantes brasileiros, um exemplo disso, pode ser comprovado através do exame internacional Pisa, onde o resultado das provas dos estudantes brasileiros de escolas públicas em matemática e ciências esteve entre os dez piores dos 70 países participantes da avaliação no ano de 2015. Em nova avaliação do Pisa em 2018, foi possível verificar que os estudantes que pertencem a níveis socioeconômicos mais altos estão há quase três anos de aprendizagem à frente dos estudantes de níveis econômicos mais baixos. Com esses resultados é possível

verificar que os estudantes mais pobres aprendem menos, e estão atrasados em relação aos estudantes de classe média e alta, principalmente na aprendizagem em matemática.

Matos (2005, p.2) mostra como aprendizagem matemática pode incluir ou excluir:

> A matemática é tipicamente um mistério para muita gente e tem lhe sido oferecido o papel de juiz pseudo-objectivo, que decide quem está apto e quem está inapto na sociedade, rotulando e posicionando as crianças, os jovens e os adultos como aptos ou como inaptos, e por isso tem servido como um dos guardiões do direito de participação nos processos de decisão da sociedade.

Sendo assim, saber matemática poderia ser um instrumento que permitiria ascensão social. Visto que, diante dos parâmetros sociais, quem sabe mais matemática é mais capaz.

Exames e avaliações nacionais e internacionais, podem servir como medida para análise de dados sobre aprendizagem, do mesmo modo, que são um indicador do desequilíbrio entre os que terão sucesso ou não. Visto que, o acesso aos cursos superiores mais desejados socialmente e que garantem melhor remuneração salarial são destinados a quem consegue melhor pontuação.

Para Nascimento (2021) o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), é outro fator que traz desequilíbrio para o acesso dos estudantes menos favorecidos aos cursos com maior prestígio social. Visto que, os estudantes com maior poder econômico estão em melhores escolas, conseguem ter acesso a internet facilmente, contam diariamente com alimentação balanceada, aulas de reforço, cursinhos e dedicação exclusiva aos estudos, enquanto os mais pobres não conseguem em muitas ocasiões ter acesso a alimentação nas principais refeições, além disso, grande parte precisa trabalhar para ajudar os pais, ou ainda, cuidar de outros membros mais novos da família, criando um abismo de aprendizagem gigantesco diante das diferentes realidades sociais.

2.4 A DESIGUALDADE DE RENDA E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

Através de pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil o “rendimento do 1% que ganha mais equivale a 33,7 vezes a da metade da população que ganha menos”. O rendimento médio real dos

trabalhadores brancos corresponde a (R$2.999), pardos (R$1.719) e pretas (R$1.673). Os ganhos também estão relacionados com o gênero, os homens ganham em média 28,7% a mais que as mulheres (IBGE, 2019).

O grau de escolaridade é outro fator que demonstra a diferença salarial dos brasileiros, o rendimento das pessoas com ensino superior completo é três vezes maior que as pessoas com ensino médio completo e seis vezes maior que as pessoas sem instrução (IBGE, 2019). De acordo IBGE (2017) os jovens com pouca instrução no Brasil estão em maior quantidade entre negros, pardos e mulheres. A Agência do Brasil (2017) destaca que quanto menor a escolaridade do sujeito, mais difícil será que ele consiga um emprego.

Fernandes, Pazello e Felício (2002, p. 233) afirmam que a renda dos brasileiros tem relação com a escolaridade.

> A desigualdade de rendimentos no Brasil está fortemente associada ao nível educacional de seus trabalhadores. Os fatores que explicam essa forte influência da educação sobre os rendimentos são: a grande desigualdade educacional entre os trabalhadores e a elevada taxa de retorno da educação. Tais aspectos têm levado à conclusão de que a principal explicação da pobreza no país estaria no baixo valor de mercado dos ativos dos pobres, especialmente aqueles associados ao capital humano.

A falta de investimento em educação no Brasil, aumenta progressivamente a desigualdade educacional. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou no ano de 2016, que 54,73% das crianças acima de 8 anos matriculadas em escolas públicas, têm nível insuficiente de leitura, 33,95% dessas crianças apresentam deficiência na escrita, e 54,4% tem pouco desempenho em matemática. Em 2018, o Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF), mostra através de dados de uma pesquisa realizada com jovens de 15 a 64 anos que apenas 1% dos pesquisados que concluíram os anos iniciais do ensino fundamental conseguem elaborar textos e interpretar dados, ainda, dos que responderam à pesquisa e possuíam ensino superior completo apenas 34% atingiram a proficiência.

Desse modo, não seria possível indicar que ter acesso à escola seria o único fator responsável pelo desequilíbrio de renda. Segundo Fernandes, Pazello e Felício (2002) fatores como a estrutura familiar e o engajamento no mercado de trabalho também poderiam contribuir para a desigualdade de rendimentos.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu em seu livro Escritos de educação (2007), traz uma visão diferente sobre a função da escola diante da diminuição da

desigualdade. Para o autor, o sistema escolar mantém o indivíduo estagnado diante da possibilidade de elevação social. Bourdieu (2007, p. 42):

> É provável por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da "escola libertadora", quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural.

O sistema escolar, do jeito que ele é posto, seria responsável pela manutenção das classes sociais, não permitindo a ascensão social.

Ferrasoli (2016, p. 1) traz em sua manchete no Jornal Folha de São Paulo "A elite está nos cursos mais concorridos da Universidade de São Paulo (USP); a classe C, nos menos". Em entrevista ao jornalista estudante da Escola Politécnica de engenharia elétrica da USP relata: "Como a educação pública é ruim, pessoas de baixa renda não passam nos cursos mais difíceis. Na maioria das unidades você consegue achar um pessoal mais pobre, na Poli não". O estudante ainda expõe que a maioria dos colegas se diz de direita, "Falam muito em meritocracia". Nos cursos mais concorridos da USP como direito, economia, administração e medicina, predominam os integrantes da classe A. Os cursos de letras e ciências humanas são mais frequentados pela classe C.

3 ESPÉCIE HUMANA, EDUCAÇÃO DE DESIGUALDADE

Neste capítulo, apresentaremos a importância de estudar o ser humano através das concepções de Bernard Charlot, além de conhecer sua interpretação em relação ao saber.

3.1 O SER HUMANO PELA VISÃO DE BERNARD CHARLOT

Estudar a espécie humana e todas as suas concepções, origem, costumes, raça, desenvolvimento físico, social e cultural além de outras inúmeras particularidades, sempre foi um fator complexo. Segundo Charlot (2019) estudar o ser humano é um processo contínuo e crescente, cercado por dúvidas e indeterminações. Ser civilizado para os gregos era pertencer a sociedade grega, os gregos viam os persas como seres menores, desprezíveis, não civilizados "bárbaros". "O bárbaro tem aparência humana, mas é radicalmente outro que não um verdadeiro ser humano e, logo, pode ser tratado como um objeto; em particular, ele pode ser escravizado." (CHARLOT, 2019, p.162).

No período entre 1500-1551 na Espanha, os teólogos reunidos com o imperador Carlos V, já discutiam se os índios deveriam ser enxergados como filhos de Deus, e assim, ser evangelizados, ou se seriam apenas bárbaros, podendo ser escravizados. Em 1573 uma lei proibiu a escravidão e a violência contra os índios, no entanto, esse processo acelera a escravidão dos negros, não considerados filhos de Deus pelos europeus no século XVI (CHARLOT, 2009).

De acordo com Charlot (2019, p. 162) o processo de civilização foi uma procura pela obtenção de direitos, principalmente para os menos favorecidos.

> O processo de civilização consistiu em ampliar o campo da humanidade e dos direitos humanos: proibição da escravidão e do trabalho infantil, direito ao voto pelas mulheres, inclusão social e pedagógica das pessoas com deficiência, luta contra a discriminação étnico-racial, religiosa, de gênero etc. De tal modo que passou a ser considerado bárbaro quem não reconhecia os direitos fundamentais de todos os seres humanos e apelava para a violência contra uma categoria de homens (ou de mulheres).

O processo de civilização não modificou inteiramente o tratamento entre os seres humanos, barbáries continuam a acontecer em todas as sociedades. "Hoje, porém, multiplicam-se os indícios de sua volta, inclusive no Brasil: intolerância

religiosa ou nacionalista, ódio político, terrorismo que mata até crianças, assassinatos de jornalistas ou candidatos a uma eleição, elogio à tortura, separação entre pais e filhos migrantes, feminicídios etc." (CHARLOT, 2019, p. 163).

3.2 PEDAGOGIA TRADICIONAL E PEDAGOGIA NOVA: CONSTRUÇÃO ATRAVÉS DA VISÃO DO SER HUMANO

Como ciência que estuda o processo de ensino, a pedagogia foi criada para os seres racionais. Para Charlot (2019), a pedagogia tradicional e a pedagogia nova tem sua sustentação no estudo do ser humano.

3.2.1 Pedagogia tradicional

Para Charlot (2019) na pedagogia tradicional a norma está contra o desejo, as emoções devem ser reprimidas, a criança deve ser disciplinada, aceitando as normas e orientações a ela ordenada. A versão religiosa dessa pedagogia enxerga a criança como ser corruptível, desordenada, pecador. Na versão laica e iluminista tradicional, a visão de pecado desaparece, no entanto, a disciplina é quem irá transformar o comportamento da selvageria.

3.2.2 Pedagogia nova

A pedagogia nova é a favor do desejo e contra a norma adulta (CHARLOT, 2019). Na pedagogia nova, o estudo da natureza humana continua presente, a criança deixa de ser vista como corruptível, e passa a ser definida como um ser de natureza boa, inocente, pura, no entanto, percebe-se que os adultos podem interferir nessa natureza infantil.

3.2.3 Tensões entre a norma e o desejo

Nas décadas de 1960-1970, devido a introdução do desejo e o desenvolvimento social e econômico, se faz necessário criar um novo mercado escolar. A partir desse momento, os jovens precisam elevar o grau de instrução, se qualificar. Na década de 60, o ensino primário também entra na corrida do

desenvolvimento, a entrada na escola precisa ocorrer o mais cedo possível na vida das crianças, gerando constante concorrência inclusive dentro da escola. Já na década de 80, todos os jovens que cursam o ensino médio e vivem em países mais desenvolvidos precisam ser escolarizados. A partir da década de 80 os jovens estão na escola pelo período mínimo de nove anos, nos países mais ricos esse período passa a ser de quinze anos (CHARLOT, 2019).

De acordo com Charlot (2019), o fato de ser escolarizado não é o fator mais importante para promover inserção social e profissional, a razão mais importante passa a ser a quantidade de anos estudados, o tipo de escola, e se teve sucesso em conseguir entrar no ensino superior. Em uma sociedade onde os números ditam as regras, onde as notas, o dinheiro e o prestígio pertencem aos que têm maior quantidade de poder econômico e social, os indivíduos que não conseguem obter o mínimo necessário, viverão subalternos aos que podem mais.

A corrida para obtenção dos desejos é descrita por Charlot (2019, p. 170):

> Os jovens encontram-se, assim, engajados em uma grande corrida escolar, regida por uma impiedosa lógica da performance e da concorrência – forma escolar do "livre mercado" neoliberal. Os jovens são livres, eles não têm mais que aguentar o peso de um monte de normas impostas pelos adultos, desde que estudem, estudem, estudem, para preparar as provas, tirar notas boas e, um dia, entrar na universidade.

O sistema escolar permanecerá oferecendo melhor educação aos que podem fazer integralmente essa corrida. A pedagogia tradicional e a pedagogia nova continuam a impulsionar uma educação excludente.

Bernard Charlot (2019, p. 170):

> A pedagogia tradicional, a pedagogia da norma, funciona mal em uma sociedade onde o desejo adquiriu legitimidade. Mas a pedagogia nova, pedagogia do desejo, não a pode substituir em uma sociedade onde notas, provas e concorrência generalizada passaram a ser os novos instrumentos da disciplina social.

A busca pelas melhores notas, melhores escolas e melhores salários continuarão disponíveis a quem possa pagar, gerando aos menos favorecidos uma sensação de incapacidade, trazendo um crescente desequilíbrio. Enquanto o sistema escolar girar em torno de pontuação, a sociedade continuará a ter uma geração emocionalmente e economicamente deficiente. "Não surgiu uma pedagogia "contemporânea" que pudesse ultrapassar essas contradições e, no cotidiano, pais e docentes sobrevivem com bricolagens pedagógicas." (CHARLOT, 2019, p. 170).

3.2.4 Relação com o saber

Conhecer a origem social dos indivíduos poderia ser um indicador que permite saber os motivos do sucesso ou fracasso escolar. No entanto, para Charlot (1996) o fracasso escolar não existe, o que se encontra são particularidades presente na história do indivíduo que não permitem que ele aprenda. Embora, Charlot (1996) reconheça que a origem social, a educação familiar, e a escola possam contribuir para a não aprendizagem, é preciso analisar a singularidade de cada ser humano. “Embora o indivíduo se construa no social, ele se constrói como sujeito, através de uma história, não sendo assim, a simples encarnação do grupo social ao qual pertence.” (CHARLOT, 1999, p.49).

Charlot (1999) ressalta que nem todos os alunos conseguem enxergar a escola como um espaço para aprender, muitos estudantes vão à escola para obtenção de uma profissão no futuro, acreditam que a escola funcionará como uma escada que à medida que vão passando adiante nas séries estão garantindo, uma boa posição no mercado de trabalho. O saber precisa fazer sentido para os que vão à escola, se assim não acontece, qual a necessidade que poderá existir durante o período da jornada escolar, não haveria. No entanto, Charlot (1999, p.57) explica que a família pode ser um fator que mobiliza e incentiva a aprendizagem:

> Por que aprender? Por que estudar na escola? Para ter uma boa profissão, um bom futuro, uma boa vida: potencialmente, a grande maioria dos jovens de famílias populares estão mobilizados em relação à escola. Como eles passam da mobilização potencial à mobilização efetiva? Com frequência pela demanda familiar de sucesso social por intermédio da escola. Por que aprender? Por que estudar na escola? Para que meus pais tenham orgulho de mim. A demanda familiar funciona então como motivo principal da mobilização e assegura a continuidade no tempo, às vezes, apesar das vicissitudes da história escolar.

A família tem um espaço importante no incentivo à educação, na formação escolar, não como modelo a ser seguido em muitas ocasiões, mas como referência. Visto que, os pais que não tiveram oportunidade de ir à escola, geralmente contam aos filhos a importância de estudar, trazendo sempre reflexões que fazem sentido ir à escola.

A ideia de escola como instrumento para a mobilização social é defendida por Charlot (1999) que defende a estrutura escolar como um sendo um local de aprendizagem para todos os que desejam se apropriar do saber. O autor defende a singularidade do indivíduo na construção desse saber, além de não acreditar que a escola é um local apenas para reprodução. Charlot (1999, p. 49) explica o espaço escolar:

> Enfim, essas teorias reduzem a instituição escolar a um espaço de diferenciação social, esquecendo que ela é também um espaço onde os jovens se formam, onde o saber se transmite. A escola não é pura e simplesmente uma máquina de selecionar, que se pode analisar sem dar importância às atividades que ali se desenvolveram. Ela é uma instituição que preenche funções específicas de formação e que seleciona jovens através dessas atividades específicas.

Dessa forma, o autor reforça a importância da escola como instrumento para mobilidade social. No capítulo a seguir, veremos em Bourdieu um posicionamento diferente sobre a função da escola.

4 A TEORIA DO HABITUS EM PIERRE BOURDIEU

Neste capítulo apresentaremos como o sociólogo francês Pierre Bourdieu descreve sua teoria de habitus, além de explicar os conceitos de campo e violência simbólica descritos por ele.

4.1 O SISTEMA DE ENSINO

É um espaço organizado para atender as necessidades de uma sociedade, é também, uma construção de elementos que busca trazer de melhor maneira benefícios para uma sociedade.
Saviani (1999, p. 119) explica o que significa sistema de ensino da seguinte forma:

> Com efeito, o sistema resulta da atividade sistematizada; e a ação sistematizada é aquela que busca intencionalmente realizar determinadas finalidades. É, pois, uma ação planejada. O Sistema de ensino significa, assim, uma ordenação articulada dos vários elementos necessários à consecução dos objetivos educacionais preconizados para a população à qual se destina.

Desse modo, o sistema de ensino tem sua finalidade ao buscar estratégias que atendam o seu público específico. Assim, entende-se que a escola é planejada e organizada para atender todos os envolvidos no processo educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece em seu Art.2 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, regras para nortear a função da escola.

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

Em contrapartida, Bourdieu (2007) entende que o sistema escolar é uma estrutura que não permite que os indivíduos evoluam socialmente, criando barreiras entre as classes sociais. É possível através do trecho abaixo conhecer como Bourdieu (2007, p.41), percebe o sistema escolar.

> É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural.

O autor atribui essa sua avaliação baseada nos mecanismos de exclusão que cercam o contexto escolar. Para ele a escola é pensada e organizada para atender uma classe única, sem levar em consideração os diferentes contextos sociais aos quais os sujeitos estão inseridos.

4.2 HABITUS, CAMPO E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

A sociedade é dividida em grupos, denominados de classes. Esses grupos são divididos considerando as características que estão no espaço social. Os comportamentos estão inscritos dentro de regras às quais um sujeito faz parte. A partir do nascimento, a criança aprenderá os costumes que já foram pré-estabelecidos pela família ou grupo social ao qual ela fará parte. Não é possível que a criança escolha a religião, a música, os costumes, o grupo pertencente, a condição financeira familiar e como será a estrutura familiar, dessa forma, esses agentes serão os condutores na construção social da criança. A maneira como o sujeito incorpora os valores sociais, será o fator que determinará seus gostos e atitudes. Bourdieu (2017, p.41) descreve o conceito de habitus no trecho abaixo:

> Habitus é o conceito que diz algo concreto e dinâmico sobre os agentes sociais, pois representa o esquema de percepção e de ação de cada indivíduo, adquirido e formado pela história social de cada um é resultante de um longo processo de aprendizagem formal e informal. Os habitus, assim adquiridos, funcionam no estado prático da vida social, isto é, permitem aos seus portadores operar um senso prático da vida, como um esquema de percepção, de apreciação e de ação que é acionado em determinadas situações sociais.

Dessa forma, o indivíduo incorpora os habitus que fazem parte do seu ambiente social, reproduzindo os comportamentos. Setton (2002, p. 64) reforça o conceito de habitus:

> Habitus é um instrumento conceptual que auxilia a apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social.

> Assim o conceito consegue apreender o princípio de parte das disposições práticas normalmente vistas de maneira difusa.

Além do conceito de habitus, o conceito de campo também explica como esses habitus internalizados podem ser observados em ações através do campo. O campo é o espaço abstrato das posições e relações onde agentes específicos atuam, buscando através dos habitus que foram internalizadas posições sociais. Cada campo tem características próprias, pois só integram esse campo seus membros específicos. Cherques (2006, p. 40) explica que o campo é um sistema constituído por disputas, cada campo opera com um sistema próprio e cada agente tem um lugar definido na disputa por posições.

> Cada campo tem um sistema de filtragem diferente: um agente dominante em um campo pode não ser o outro. A admissão no campo requer: a posse de diferentes formas de capital, o cacife (enjeux) na quantidade e qualidade do que conta na disputa interna e que constitui a finalidade, o propósito, do jogo específico; e as disposições, inclinações e aprendizados, que conformam o habitus do campo.

A disputa pelo poder vai além da busca para obtenção de capital, isso porque, a disputa pelo poder é o que torna o campo mais restrito. No mesmo campo, os agentes ocupam posições diferentes, quanto maior o status, maior também a dominação. Cada campo é alimentado pela frequente concorrência. No campo escolar, indivíduos com a mesma idade, na mesma série, em escolas diferentes participam da invisível concorrência, quem melhor se adaptar ao sistema, poderá obter melhores resultados futuramente. Estudantes que terminam o ensino médio e entram em uma mesma universidade, estão no mesmo campo acadêmico, no entanto, o curso escolhido poderá colocá-los em posições totalmente desiguais.

As interferências que ocorrem dentro do campo, colocando normas e aplicando inconscientemente verdades que são apenas invenções de determinados grupos, é classificado como violência simbólica. Os padrões sociais geram uma determinada dominância aos que não se encaixam, gerando invisíveis processos de exclusão.

O poder invisível acontece sem que os agentes envolvidos consigam saber de onde vem. Rosendo (2009, p. 4) explica através da teoria de Bourdieu que as ações pedagógicas são consideradas um tipo de violência simbólica.

> As relações simbólicas são simultaneamente autónomas e dependentes das relações de força, portanto toda a ação pedagógica deverá ser considerada como uma violência simbólica porque imposição por um poder arbitrário de um arbítrio cultural. As relações de força encontram-se sempre dissimuladas sob a forma de relações simbólicas.

Sendo assim, a escola funcionaria como reprodutora cultural do sistema social, atribuindo aos grupos considerados superiores, dominância sobre os menos favorecidos. Deste modo, a violência ocorria como um acordo entre os dominantes e os dominados, perpetuando assim, o desequilíbrio educacional.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo apresentaremos a metodologia, onde buscamos descrever: natureza da pesquisa; campo e sujeito da pesquisa; instrumento da pesquisa e o questionário.

5.1 NATUREZA DA PESQUISA

De acordo com Pádua (2019), pesquisar é buscar por respostas, é a análise que ocorre através de uma investigação científica, pesquisa também é encontrar fatos que respondam aos questionamentos que estão incomodando e despertando curiosidades. Lakatos e Marconi (2003, p. 155) reforçam que “a pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 160) a pesquisa “Estuda um problema relativo ao conhecimento científico ou à sua aplicabilidade”. Com intuito de continuar a descobrir e ampliar os conhecimentos em uma área de conhecimento, essa pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de natureza básica.

Como assegura Gerhardt e Silveira (2009), pode-se dizer que a pesquisa do tipo exploratória é caracterizada por apresentar informações que contribuem para que ocorra a construção do conhecimento explorado. Desse modo, fica claro que a pesquisa exploratória é feita através de levantamento de informações.

Portanto nossa pesquisa classifica-se como exploratória, pois busca conhecer o ponto de vista dos autores e estudiosos a respeito do tema escolhido. A construção do referencial teórico utilizará livros, trabalhos acadêmicos, sites, revistas digitais, com o intuito de conhecer como o tema é abordado em diferentes fases da história. Além de conhecer o ponto de vista dos autores, também usamos o questionário para compreender melhor o posicionamento dos discentes do curso de licenciatura em matemática do campus do agreste, além de atender com maior eficiência os objetivos propostos.

Deste modo, de acordo com Stake (2011) a pesquisa é qualitativa quando se aborda como os fatos ocorreram. Portanto, trata-se de uma funcionalidade, sendo uma construção através da racionalidade do conhecimento humano. Além disso, é

uma pesquisa qualitativa porque traz relevância ao buscar respostas que expliquem as relações (Flick, 2009). Por outro lado, a pesquisa é quantitativa quando existe "associação ou correlação, a pesquisa quantitativa também pode, ao seu tempo, fazer inferências causais que explicam por que as coisas acontecem ou não de uma forma determinada" (ESPERÓN, 2017, p. 1).

Buscamos relacionar o conceito de habitus, campo e violência simbólica para elaboração do questionário. Esses conceitos descrevem a visão do autor Pierre Bourdieu em sua obra; A reprodução: elementos para uma teoria geral do sistema de ensino de 1970.

Esses conceitos podem ser entendidos como áreas da sociedade. Campo é qualquer estrutura social onde haja conflitos de interesse, no campo a disputa ocorre entre dominante (possui maior posição social) e dominado (menor posição social). O habitus é a incorporação que o indivíduo faz diante da realidade onde ele está inserido, dessa forma, o indivíduo absorve costumes, crenças, cultura, pensamentos que não são dele, e sim da estrutura ao qual ele faz parte, podendo passar adiante através de sua geração ou apoiadores. A violência simbólica tem relação com o poder, dominação, é uma porta para a exclusão dos menos favorecidos, pois, pode através de suas regras nocivas tornar o indivíduo um eterno dominado (Brandt, 2014).

5.2 CAMPO E SUJEITO DA PESQUISA

Escolhemos realizar nossa pesquisa na Universidade Federal de Pernambuco Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA). Os sujeitos da pesquisa foram discentes matriculados no curso de Matemática-Licenciatura. A escolha por esse público se deu através de dados encontrados nesse trabalho acerca da importância do ensino superior na construção do status social.

5.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA

Devido à impossibilidade da aplicação do questionário presencial, optamos pela realização e compartilhamento de forma online. A pesquisa realizou-se através de um

questionário virtual, construído no *Google Forms*[1] juntamente com um *link*[2], disponibilizado para obtenção dos resultados. O questionário foi disponibilizado e esteve disponível para receber respostas entre os dias 26 e 28 de março de 2021. Finalizado o tempo disponível, obtivemos 22 questionários respondidos pelos discentes. Utilizamos o questionário online como ferramenta metodológica para descobrir diferentes posicionamentos acerca do tema pesquisado e para nortear a pesquisa.

5.4 O QUESTIONÁRIO

A construção do questionário se deu após a leitura de resumos sobre a obra a Reprodução: Elementos para uma teoria de ensino de 1970. Após as leituras começamos a construir as perguntas de acordo com os conceitos de habitus, campo e violência simbólica. Buscou-se através dessa junção de elementos, conexões que nos fizessem chegar ao nosso objetivo de pesquisa. O questionário foi elaborado em três seções, contendo 11 perguntas de respostas obrigatórias.

Buscamos através da elaboração do questionário, perguntas que nos fizessem analisar: a escolaridade e profissões dos pais dos pesquisados, a relação entre a escolha pela licenciatura e o status social, procuramos entender como os pesquisados avaliam os ganhos decorrentes a sua formação e como examinam o ambiente acadêmico.

O questionário foi dividido em três seções. Na seção 1 exploramos o contexto familiar, na seção 2 o contexto profissional e na seção 3 o contexto educacional.

A seguir, as seções serão melhor definidas. Começaremos com a seção 1 logo abaixo:

SEÇÃO 1: Na primeira seção procuramos relações entre o ambiente social e o ambiente familiar em que o indivíduo está inserido. Procuramos saber se o pesquisado tinha seguido a profissão dos pais? Foi influenciado em relação a escolha pela docência?

Segue abaixo o quadro 1 com as respectivas perguntas da seção 1.

---

[1] Fonte:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Forms

[2] https://pt.wikipedia.org/wiki/Hiperliga%C3%A7%C3%A3o

QUADRO 1: Contexto social e influências

SEQUÊNCIA DE PERGUNTAS	PERGUNTAS	TIPOS DE RESPOSTAS
Pergunta 1	Descreva a formação escolar dos seus pais e suas profissões ou atividades.	Resposta aberta.
Pergunta 2	Você acredita que a sua formação como professor terá impacto em seu status social?	Múltipla escolha. ● Sim ● Não ● Não tenho certeza
Pergunta 3	Você avalia o crescimento financeiro ou crescimento cultural como o ganho mais relevante da sua formação?	Múltipla escolha. ● Crescimento cultural ● Crescimento financeiro ● Crescimento cultural e crescimento financeiro ● Nenhum
Pergunta 4	Houve incentivo familiar de sua família, professores, amigos ou semelhantes para sua formação?	Múltipla escolha. ● Sim ● Não ● Incentivo Parcial
Pergunta 4.1	Exemplifique como estes incentivos podem ter contribuído em suas escolhas.	Resposta aberta.

Fonte: Própria autora

A elaboração dessas perguntas se deu pelo objetivo em saber se os estudantes teriam a mesma escolaridade dos pais, qual o contexto social em que viveram, se receberam apoio em escolher a profissão docente, as respostas obtidas nesta seção estarão relacionadas com o conceito de habitus.

SEÇÃO 2: Nesta segunda seção, procuramos respostas que explicassem a escolha profissional dos pesquisados, além das mudanças nos hábitos decorrentes da entrada no ensino superior. Buscamos explicações que justificassem essas transformações, relacionadas com o conceito de campo. Segue abaixo o quadro 2 com as perguntas da nossa pesquisa.

Quadro 2: Docência e mudança de hábitos

SEQUÊNCIA DE PERGUNTAS	PERGUNTAS	TIPOS DE RESPOSTAS
Pergunta 5	O que te motivou a ser docente?	Resposta aberta.
Pergunta 6	Você adquiriu hábitos novos (passou a ler mais, aprecia mais alguma expressão artística, música e etc.) com relação aos costumes que você tinha antes de ser estudante universitário?	Múltipla escolha. ● Sim ● Não
Pergunta 6.1	Caso a resposta anterior tenha sido sim, exemplifique:	Pergunta destinada aos que responderam sim, na pergunta anterior.
Pergunta 7	Refletindo sobre o conhecimento matemático e pedagógico adquirido durante a graduação, qual a sua avaliação pessoal sobre esses conhecimentos na sua forma de ver a sociedade e seu papel como educador?	Resposta aberta.

Fonte: Própria autora.

As experiências e incentivos que o ser humano tem, pode ter influência no momento em que precisa tomar decisões. Os fatores internos, externos, financeiros, sociais e familiares conseguem servir como referência nesses momentos. Hábitos adquiridos, experiências construídas podem fazer com que o sujeito transite entres as classes sociais, um indivíduo que nasceu e cresceu na classe C, pode através das suas conquistas materiais e intelectuais mudar de classe social. Bourdieu através do conceito de campo, explica que, embora seja mais natural que o indivíduo permaneça no seu grupo social de origem, é possível que ele mude sua posição social. Esses questionamentos nos fizeram escolher essas perguntas para obter resposta sobre esse conceito. Quais as mudanças que os discentes estão fazendo para mudar sua posição social?

SEÇÃO 3: Na terceira seção, buscamos entender como os discentes descrevem o ambiente acadêmico, além de conhecer sua opinião sobre os docentes que fazem partem da sua formação.

Quadro 3: Ambiente acadêmico

SEQUÊNCIA DE PERGUNTAS	PERGUNTAS	TIPOS DE RESPOSTAS
Pergunta 8	Você considera a universidade um ambiente elitista? Por quê?	Resposta aberta.
Pergunta 9	Sem citar nomes, existem professores em quem você se inspira como profissional? Qual o motivo?	Resposta aberta.
Pergunta 10	Você se considera mais crítico depois que iniciou seu curso? A que você atribui isto?	Resposta aberta.
Pergunta 11	Suas perspectivas profissionais mudaram durante a graduação?	Resposta aberta.

Fonte: Própria autora.

Agora, procuramos entender como os discentes enxergam a universidade. Ainda existem traços da desigualdade trazidas do período colonial e imperial? Como os discentes enxergam seus professores? A entrada no ensino superior permite que os alunos se tornem mais críticos? Partindo dessas indagações percebemos que seria de grande relevância saber o posicionamento dos discentes, para entendermos qual a importância da universidade na vida dos alunos que participaram da pesquisa. O conceito de violência simbólica entra nessa seção para investigar se a universidade é uma reprodutora das desigualdades. Diante dos posicionamentos que serão vistos na análise desse trabalho, fica claro, que para os alunos que participaram da pesquisa, o problema da desigualdade ainda está presente.

Para melhor organização dos dados os 22 participantes da pesquisa serão chamados de P1 (primeiro participante), decorrendo até o participante P22 (vigésimo segundo participante. É importante ressaltar que os conceitos são interligados, podendo uma mesma pergunta, obter uma resposta com mais de um conceito para ser analisado.

6 ANÁLISE E RESULTADOS

Neste capítulo apresentaremos as análises e os resultados da pesquisa, enfatizando os pontos de vista dos estudantes apresentados durante o preenchimento da pesquisa dos discentes do curso de licenciatura em matemática da Universidade Federal de Pernambuco no Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA).

6.1 PERGUNTAS, RESPOSTAS E RESULTADOS

Pergunta 1: Descreva a formação escolar dos seus pais e suas profissões ou atividades.

As influências decorrentes do círculo social em que o indivíduo está inserido, pode em algum momento lhe servir como referência.

Bourdieu em seus estudos sobre o conceito de habitus traz reflexões sobre o contexto social no qual os indivíduos estão localizados, as normas presentes, e como esses lugares estão interiorizados no inconsciente. Inicialmente a pesquisa procurou conhecer a formação educacional, profissional ou atividades exercidas pelos pais dos 22 discentes que participaram da pesquisa.

No quadro abaixo é possível verificar a escolaridade dos pais dos discentes que cursam licenciatura em matemática no campus do agreste da UFPE.

Quadro 4: Escolaridade dos pais

GRAU DE ESCOLARIDADE	ESCOLARIDADE MÃE	ESCOLARIDADE PAI
Analfabetos	3	3
Ensino Fundamental Completo	2	2
Ensino Fundamental Incompleto	7	11
Ensino Médio Completo	7	4
Ensino Médio Incompleto	0	0
Ensino Superior	1	1
Não informou	1	2

Fonte: Própria autora.

Nesta questão, também buscamos confirmar se a interiorização não estaria apenas replicando e, assim perpetuando, o mesmo patamar educacional de seus pais. Observamos que os discentes puderam ir bem além do nível educacional dos pais. Isto é avaliado como um bom resultado para a educação na região. As políticas

educacionais recentemente adotadas podem ter influenciado no resultado a médio e longo prazo, pois a interiorização com a política de cotas abriu oportunidades para discentes locais.

No quadro abaixo é possível ver as profissões ou atividades exercidas pelos pais dos discentes do curso de licenciatura em matemática do campus do agreste da UFPE.

Quadro 5: Profissões ou atividades exercidas pelos pais dos discentes

PROFISSÕES	QUANTIDADES
Açougueiro	1
Agricultores	8
Autônomo	1
Aposentado	2
Cabelereiro	1
Comerciantes	5
Costureiros	6
Desempregado	1
Doméstica	2
Donas de casa	3
Eletricista	2
Feirante	1
Professor	3
Supermercado	1
Taxista	1
Téc. contabilidade	1
Vendedor	1
Não informou	4

Fonte: Própria autora.

No geral, observa-se que os discentes têm origem popular e isto mostra como o curso da UFPE-CAA tem cumprido um papel inclusivo na região do agreste pernambucano. Abriu-se a possibilidade de formar professores de origem popular e assim ter um impacto real no status social e intelectual nas famílias do agreste

Pergunta 2: Você acredita que a sua formação como professor terá impacto em seu status social?

A segunda questão trata de uma análise sobre o posicionamento dos pesquisados a respeito de uma possível mudança no status social após a conclusão do ensino superior. Essa pergunta foi apresentada no questionário após a reflexão sobre o conceito de habitus, definido no tópico 4.1.

No quadro abaixo é possível verificar como os discentes responderam à pergunta:

Quadro 6: Resposta dos discentes em relação à mudança no status social.

Sim. Acredito que minha formação terá impacto no meu status social.	16
Não. Minha formação não terá impacto no meu status social.	2
Não tenho certeza que minha formação terá impacto no meu status social.	4

Fonte: Própria autora.

A pergunta se desdobrava em que tipo de ganho os discentes esperavam obter com a graduação, a maioria acredita que terá melhora nas condições financeiras e culturais. Isto mostra que os participantes também esperam ter um aumento de status pelo engrandecimento cultural.

Com base nos dados apresentados é possível perceber a importância da formação como docente. A conclusão do ensino superior é percebida e esperada como um instrumento de elevação social.

Pergunta 3: Você avalia o crescimento financeiro ou crescimento cultural como o ganho mais relevante da sua formação?

O curso de matemática-licenciatura, como todo o curso superior, já foi tido como curso de elite no Brasil. Afinal curso superior começou como um privilégio da elite, sendo as formações pedagógicas desempenhadas pelas mulheres filhas da elite. Mas atualmente o curso de licenciatura não goza de um grande *status*[3] entre os cursos de graduação. Talvez por ser a profissão de nível superior com quem a classe C têm mais contato, visto que todo aluno de ensino básico e médio teria contato com licenciados e pedagogos.

Dados financeiros médios sobre os rendimentos do professor o equipara a profissionais liberais sem formação superior como pequenos comerciantes e profissionais técnicos com nível de ensino médio. Sendo assim, seria esperado que os discentes não tivessem boas perspectivas financeiras. Segundo Alves e Pinto (2011, p. 630), através de dados obtidos através de uma pesquisa realizada pelo censo 2009, “os professores compõem o grupo de ocupações com menores rendimentos entre as ocupações de nível superior”.

[3] https://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto_social

As respostas dos docentes para a pergunta, podem ser observadas no quadro abaixo:

Quadro 7: Ganho mais relevante através da formação superior.

Crescimento cultural	8
Crescimento financeiro	1
Crescimento cultural e Crescimento financeiros	12
Nenhum dos dois	1

Fonte: Própria autora

O objetivo, nesta pergunta, também era investigar o quanto os alunos fazem o curso pensando além da ascensão financeira e associam a graduação a um engrandecimento cultural. Mas notamos que dentro da realidade da instituição ser lotada no agreste Pernambucano o ganho financeiro parecer ser esperado também. Afinal o discente vem de uma realidade de rendimentos em muitos casos instável e possivelmente inferior ao trabalho de professor.

Alguns relatam trabalhar em comércio, como pedreiro, como vaqueiro e outras funções além de professor. Relatando que prefeririam trabalhar como docentes, mas que tiveram essas experiências de trabalho.

Pergunta 4: Houve incentivo familiar de sua família, professores, amigos ou semelhantes para sua formação?

O meio onde o sujeito faz parte pode ter influência nas tomadas de decisão, fazendo em muitos casos com que ele responda positivamente ou negativamente as oportunidades a que a eles, os discentes, são apresentados. Se o meio social, enquanto incentivador, estimula a formação dos discentes, os resultados podem ser potencializados. Entretanto, se o grupo social vê a profissão de professor como uma profissão difícil, a influência poderia ser negativa. A família como sendo o primeiro e mais constante meio social onde o indivíduo convive, se relaciona e aprende, tem um forte fator de influência nas tomadas de decisões.

Selecionamos algumas respostas dos participantes a respeito dessas perguntas, elas podem ser verificadas no quadro abaixo:

Quadro 8: Respostas dos participantes

P1	Sim. Minha mãe deu aula nas séries iniciais por ter optado por fazer magistério. Eu sempre fui influenciada por ela.
P3	Sim. Saber que tem alguém que torce para o seu desenvolvimento, incentiva a querer dar o melhor de si para concluir esses objetivos. Minha mãe queria ser professora, então tive apoio dela para isso, saber que estou realizando algo que ela queria é gratificante para ambas.
P7	- Incentivo parcial. Tive incentivo em fazer um curso superior, tanto pela escola de tempo integral onde me formei quanto pelos meus familiares, porém o curso que escolhi não foi bem “o que sonharam pra mim”.
P11	Não. No meu caso fui eu que corri atrás, após 20 anos sem estudar decidi terminar meus estudos e vi que podia chegar mais longe. Hoje me sinto realizado e me orgulho de ser professor de matemática.

Fonte: Própria autora.

Ao avaliar esta questão, buscamos entender como a admiração pelo conhecimento do professor teria influenciado os discentes a prosseguir nos estudos. O maior contato dos pais com educação, entre os casos encontrados, foram um incentivo para os discentes.

Houve uma resposta que mostrava apoio, embora não fosse a profissão dos sonhos dos pais do discente. Isto mostra o ônus da visão acerca da desvalorização social do professor sobre a visão dos pais. Demonstrando que os pais podem desejar que os filhos estudem, ao mesmo tempo que se mostram preocupados com a questão financeira dos filhos. Realidade que representa a insegurança que os docentes têm sobre o futuro da profissão.

A quarta resposta mostra, por outro lado, que alguns não tiveram oportunidade de se dedicar ao estudo e após um longo período voltaram a estudar. Aparentemente com uma motivação pessoal de seguir nos estudos. Pesquisas sobre esta retomada das perspectivas acadêmicas seriam interessantes para compreender mais especificamente as motivações deste perfil de discente que também podem ter guardado uma experiência positiva no passado ou que podem ter sido expostos a outras experiências no mercado de trabalho que os motivaram mais após o tempo afastado dos estudos.

Pergunta 5: O que te motivou a ser docente?

Escolher uma profissão envolve muitos critérios em alguns casos, em outros, é uma escolha totalmente sem parâmetros, isso porque, a escolha por uma profissão envolve fatores financeiros, culturais, sociais, familiares, de afinidade com uma área

do conhecimento, paixão, necessidade, identificação, impulso, ou em muitos casos, por ser a única opção de profissão/formação disponível.

Buscar respostas para as motivações que levam alguém a escolher a docência como profissão é uma das indagações que fizemos nesse questionário. Para Bourdieu o campo onde o agente se posiciona pode sofrer interferências diretas ou indiretas. A partir das respostas apresentadas no questionário é possível perceber como se deu a escolha pela docência dos participantes. Informações no quadro abaixo:

Quadro 9: Escolha pela docência

P1	Ir sempre à escola com minha mãe que dava aula nas séries iniciais. E por me identificar com a forma como ela conduzia.
P4	A matemática me escolheu, a decisão entre licenciatura e bacharelado se deu por conta da questão financeira.
P9	O exemplo dos meus pais.
P11	Meu professor de matemática
P16	Oportunidade maior no mercado de trabalho, possuir uma formação profissional, admiração pelo trabalho do professor e conseguir uma remuneração melhor.

Fonte: Própria autora.

Desse modo, é possível entender o conceito de habitus definido por Bourdieu, onde os fatores externos podem se interiorizar e influenciar nas tomadas de decisões. Embora, nem sempre seja possível perceber as interferências que ocorrem no meio social, o local onde o sujeito está ancorado, com quem ele se comunica, as músicas que ouve, a religião que lhe foi apresentada, a cultura e costumes que o cercam, contribui para sua formação como pessoa, como profissional, de maneira intelectual e social.

Gostaríamos de ressaltar também que vimos exemplos claros dos principais atores do incentivo aos estudos: a família incentivadora, a experiência familiar com a educação e o docente motivador. Fundamentando a relação com o saber que o participante da pesquisa teve desde o primeiro momento.

Pergunta 6: Você adquiriu hábitos novos (passou a ler mais, aprecia mais alguma expressão artística, música e etc.) com relação aos costumes que você tinha antes de ser estudante universitário?

Adquirir novos hábitos está relacionado com o ambiente ao qual estamos expostos, a maneira como se reproduzem, alteram ou surgem novos hábitos é reflexo

da mudança dos cenários ao qual o indivíduo está. Bourdieu defende que embora o natural seja os comportamentos permanecerem ou se conservarem com o indivíduo, a mudança de ambiente pode transformar suas condutas, que seria o ato ou ação de reproduzir o que está na sociedade. No quadro abaixo, é possível visualizar algumas das respostas obtidas para essa pergunta:

Quadro 10: Novos hábitos a partir da entrada no ensino superior.

P3	Passei a me interessar mais em ler, pois me ajudava a produzir os trabalhos solicitados. Músicas que estejam relacionadas a valorização do povo brasileiro e suas lutas, passaram a fazer parte da minha playlist.
P7	Passei a frequentar cinema, livrarias e a ter mais contato com cultura e política depois do ensino superior.
P8	Você passa a compreender pontos positivos e negativos. Uma imaginação surreal por cada detalhe.
P19	Ler mais, analisar com maior precisão tanto o que se lê quanto o que se ouve, refletir mais sobre a sociedade.

Fonte: Própria autora.

Dos participantes, 21 relataram mudanças em seus hábitos após a entrada na universidade, 1 participante não percebeu nenhuma mudança.

Os participantes relataram que após se tornarem estudantes universitários passaram a ler mais, escrever melhor, organizar melhor os pensamentos, pesquisar, ter um olhar mais crítico. O convívio no ambiente universitário também possibilitou aos estudantes o interesse por teatro, cinema e música.

É possível dessa forma compreender uma extensão nas escolhas e nas opções que foram criadas após o início da jornada universitária. Os estudantes relatam que o ambiente acadêmico possibilita mudanças em seus comportamentos, em sua forma de olhar para a sociedade, de olhar para si mesmo e escolher com mais clareza. Desse modo, fica evidente a necessidade da construção de uma sociedade que estude mais, que avance na busca pelo ensino superior, que leia mais, melhor e de maneira crítica e reflexiva. Inserir, criar condições para que todos consigam ter acesso ao ensino fundamental, ensino médio e superior é sem dúvidas criar um ambiente e uma sociedade mais estruturada.

Pergunta 7: Refletindo sobre o conhecimento matemático e pedagógico adquirido durante a graduação, qual a sua avaliação pessoal sobre esses conhecimentos na sua forma de ver a sociedade e seu papel como educador?

A mudança de ambiente e as oportunidades criadas durante o percurso acadêmico permitem novas compreensões a respeito do que se aprende ou do que se ensina. A troca de conhecimentos e experiências enriquecem o ambiente acadêmico e possibilitam o surgimento de novas visões a respeito de um determinado tema. Selecionamos algumas respostas que expressam a opinião de alguns pesquisados.

Quadro 11: Posicionamento dos alunos em relação a profissão docente

P1	A maioria dos professores da UFPE não nos dão a contribuição que precisamos quando saímos da universidade. Acho que esquecem que vamos atuar em escolas de 5 ao 9 ano.
P6	Abriu meus olhos para mudanças que deveriam ser feitas não só na educação, mas no social em geral, mudanças no modo de agir sobre diversos assuntos, com isso entendi que meu papel como educador é lutar por essas mudanças, é ter voz e usá-las para evidenciar o que precisa ser mudado.
P9	Durante a graduação nos sentimos muito preparados para atuar na área, mas embora tente, a graduação não nos prepara 100% para ser professor, notei isso durante o período de 6 meses em que fui professor do 8º ano dos anos finais, onde precisei muito lembrar das minhas aulas de didática. Na universidade tudo dá certo, só que, na prática, a teoria é outra. Acredito que esse aspecto só será aperfeiçoado com a vivência e a experiência docente. Nosso papel é tentar usar o palco que nos foi dado para burlar o sistema e ensinar nas entrelinhas dos cálculos, algo além de matemática, porque além de alunos, estamos formando cidadãos.
P15	Na verdade, hoje vejo que nem todos tiveram a oportunidade que eu e tantas outros estudantes tiveram em fazer parte de uma universidade, é um privilégio, então como educador o que eu puder fazer para ajudar alguém seja a tirar dúvidas de como ingressar numa universidade, uma dúvida na escola... eu faço de tudo para ajudar.
P22	A importância e responsabilidade de realizar a educação matemática em um contexto escolar de tanta desmotivação e o impasse da corrida entre cumprir o currículo e conseguir em tão pouco tempo transmitir tantos saberes e fazê-los significados para os aprendentes.

Fonte: Própria autora.

Sobre a resposta do estudante P1, é comum ouvirmos reclamações neste sentido. Acreditamos que a conceituação da universidade é que acaba não sendo totalmente compreendida pelos discentes. A universidade, embora forme também para o mercado, busca incentivar uma formação pessoal que não se limite apenas às atividades profissionais que o discente vai executar em seu dia a dia.

Para entender melhor o que desejamos dizer, esclarecemos que a universidade se fundamenta em uma tríade Ensino-Pesquisa-Extensão. Assim o discente não apenas aprende a ser professor, ele pesquisa sobre a função de professor. Assim

como é objeto de pesquisa sobre o tema. O estudante também é levado a interagir com a sociedade, pois seria impossível para qualquer instituição abranger todas as habilidades futuras que os novos discentes devem ter. A escolha feita, então, foi formar um docente autodidata, capaz de se adaptar. Quem entra na universidade com a visão de que irá apenas se profissionalizar, poderia ter um choque. Pois o ambiente cobra até mesmo um novo habitus, um novo comportamento.

As outras respostas demonstraram uma visão muito bem trabalhada sobre o papel social do docente que lemos com uma mudança no paradigma da profissão do professor como o pobre coitado que recebe mal, para o ator social que consegue provocar algumas mudanças.

Pergunta 8: Você considera a universidade um ambiente elitista? Por quê?

Durante os aproximadamente 210 anos que a Companhia de Jesus esteve no Brasil e instaurou a educação, a educação era recebida de modo distinto dependendo da divisão social. Enquanto os índios recebiam ensinamentos cristãos nas aldeias, a elite recebia educação nos colégios católicos. A divisão social esteve e está presente em muitos momentos da história do Brasil, no entanto, com a lei de cotas nas universidades de 2012 foi possível ampliar e incluir mais negros, pardos e índios no ensino superior, além de incluir estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas no ambiente acadêmico. Mesmo com o aumento no número de estudantes nas universidades, será que o ambiente acadêmico ainda é considerado elitizado? A partir desse questionamento perguntamos aos participantes da pesquisa e algumas das respostas obtidas podem ser verificadas no quadro abaixo:

Quadro 12: Comunidade acadêmica

P1	Graças ao fácil acesso por nota, não.
P3	Em parte, sim, acredito que pessoas que tiveram condições financeiras melhores na educação básica, querendo ou não têm privilégios sobre aqueles que estudaram em escolas que ao menos tiveram professor de matemática o ano todo. Assim, a inserção desses alunos na universidade é maior.

P6	Em grande parte, sim, mas já mudou bastante, se ainda fosse extremamente elitista eu, filha de dois agricultores, pessoas da roça, semianalfabetos, jamais teria entrado na universidade, porém a grande parte elitista dela dificulta muito a vida de quem não faz parte Da elite em diversos cursos lá dentro.
P7	Acredito que sim, seria ingenuidade minha dizer que não, infelizmente é uma verdade que os cursos mais desejados e concorridos ainda têm suas vagas ocupadas por pessoas de classes econômicas mais elevadas. É verdade que hoje é comum aos demais cursos, estudantes pobres, porém é muito raro alunos que realmente vieram da periferia ou de situação de extrema pobreza.
P9	Sim, porque o governo não oferece uma educação de qualidade para todos e no vestibular temos que competir com pessoas com mais estruturas para estudo, sendo assim, temos que fazer mais com menos. A maioria não consegue e é essa a estratégia do sistema, não existe meritocracia quando um aluno 1 é bem estruturado, sala de aula equipada, professores bem capacitados bem pagos e toda uma preparação para o vestibular, enquanto o aluno 2 não tem uma boa educação básica, escolas caindo aos pedaços, professores mal pagos, em casa fome... são tantas dificuldades incumbidas no processo de ingresso do aluno 2 que quando ele consegue entrar na universidade, muitas vezes vira manchete de jornais.
P11	Atualmente não. Hoje a universidade está ao alcance de todos sem distinção de classe social

Fonte: Própria autora.

Mesmo com as mudanças e programas de inclusão para o acesso ao ensino superior, ainda é possível perceber pelas respostas dos participantes que a universidade ainda é um ambiente mais preparado para as classes médias e altas. Mesmo com o aumento no número de estudantes no ensino superior, segundo o Inep (2020) dos alunos que ingressaram no ensino superior no período de 2010-2019, 59% haviam desistido do curso. Diante desse cenário, muitos questionamentos e reflexões se tornam presentes. Os programas de cotas estão ampliando a entrada dos estudantes na universidade, porém, quantos desses alunos conseguem concluir a graduação?

Pergunta 9: Sem citar nomes, existem professores em quem você se inspira como profissional? Qual o motivo?

Além de ensinar, o professor consegue em muitas ocasiões influenciar os alunos. A relação de troca que acontece durante as aulas pode servir de inspiração positiva ou negativa. Pensando na influência que o professor pode ter em relação aos alunos levantamentos o seguinte questionamento e obtivemos 22 respostas, algumas podem ser observadas a seguir:

Quadro 13: A influência do professor.

P5	Sim, alguns por conhecimento, outros por história de vida.
P6	Sim, a força, a garra, a luta pelo futuro, a maneira de lidar com o aluno se colocando no lugar dele lembrando-se de quando também era aluno, me inspiram, suas caminhadas me inspiram a seguir procurando sempre ser melhor do que posso ser dentro da área que escolhi e como pessoa também.
P12	Sim, humanos e que buscam uma coerência no ato de educar, que não estão preocupados em criar um demônio de sua imagem dentro da universidade, de forma que os anos passam os filhos daquele estudante vai saber que o pai ou mãe teve um professor muito isso ou aquilo. Sem contar que didática é melhor que desafios e que acompanhar o aluno é melhor que os assustar, por mais difícil que o assunto possa ser.
P19	Sim, tanto positivamente quanto negativamente. Existem professores que te inspiram a ser futuramente como eles. Mas também existem professores que te inspiram a não seguir o modelo dele jamais.

Fonte: Própria Autora.

É possível observar que nem sempre os professores inspiram os alunos de forma positiva, pelos relatos percebe-se que o professor é muitas vezes temido por impor o medo, criando um ambiente de dominante e dominado. O professor sendo um influenciador pode acabar reproduzindo os problemas sociais e seus alunos poderão fazer o mesmo. Para Bourdieu, para que o professor não seja um reprodutor das crenças sociais, ele não pode reproduzir os discursos dominantes que cercam a sociedade.

Pergunta 10: Você se considera mais crítico depois que iniciou seu curso? A que você atribui isto?

O olhar crítico, reflexivo, responsável e humano sobre os problemas sociais é uma prática constante. O ambiente e as relações que estabelecemos são um reflexo de como pensamos, das opiniões que professamos, dos nossos costumes e de como agimos. É quase impossível não sofrer influência do ambiente ao qual estamos expostos, pensando nisso, procuramos entender como o ambiente universitário pode influenciar, construir e modificar hábitos.

Todos os participantes relatam que se tornaram mais críticos após estarem expostos ao ambiente acadêmico, reforçando a teoria de Bourdieu que os pensamentos, ações, interações podem sofrer mudanças de acordo com a mudança do ambiente social.

Algumas das respostas dadas pelos participantes diante dessa indagação.

Quadro 13: Criticidade promovida pela entrada no ensino superior.

Quadro 14: Criticidade promovida pela entrada no ensino superior.

P2	Sim, aos debates promovidos nas aulas.
P5	Sim. A Universidade proporciona uma maneira diferenciada de enxergar o meio. Também faz o contrário, mas o balanço é positivo.
P7	Sim, depois do curso passei a compreender melhor algumas coisas e quando compreendemos melhor algo, formamos mais opiniões.
P12	Com certeza!!!!!! Atribuo a experiências boas e ruins vivenciadas, sejam elas para crescimento e/ou tormento.
P18	Sim, a um modelo crítico de observar o mundo.
P19	De certa forma sim, o regime de estudos e de leituras e etc. Te fazem ver o mundo a partir de diversas perspectivas e assim moldar seus pensamentos. Isso acaba te fazendo ser mais crítico também.

Fonte: Própria autora.

Após essas respostas é possível perceber a presença de palavras como: tormento, modelo, regime e moldar, palavras que se analisadas podem ser consideradas opostas ao que seria formar um pensamento crítico. Embora o questionamento procure respostas que expliquem como os estudantes passaram a observar com maior racionalidade o que ocorre a sua volta após a entrada na universidade é possível perceber uma dualidade entre o que seria pensamento crítico e o que eles acreditam ser. O pensamento crítico surge através da análise pessoal sobre um determinado acontecimento, não sendo algo moldado, ou como um modelo pronto.

Pergunta 11: Suas perspectivas profissionais mudaram durante a graduação?

A mudança no posicionamento a partir das experiências podem refletir no modo de como observamos as mudanças pessoais e profissionais. Toda mudança gera um impacto. A entrada na universidade é para muitos uma oportunidade para melhorar a vida, e acreditar na possibilidade da existência em um futuro melhor.

É natural que ao longo da caminhada acadêmica surjam inseguranças, medos, arrependimentos e frustrações, no entanto, a esperança de que no final da jornada todo esforço valerá a pena é o que faz todo esforço valer a pena.

Nesta pergunta, em particular, a autora da pesquisa buscava entender se a graduação aumentava as expectativas pessoais dos discentes, porque, como

esperávamos, a graduação representava um salto qualitativo em status. Entretanto, devido a questão ser muito subjetiva, percebemos com as respostas que os discentes demonstraram interesses em fazer pós-graduação, algumas frustrações, se tornaram mais motivados como professores e se identificaram como o habitus da profissão. Entretanto não é possível fechar uma análise, como queríamos, assim optamos por nos abster da análise e deixar esse desdobramento para futuras pesquisas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a construção deste trabalho foi possível analisar como a desigualdade ainda está presente na sociedade, e como o discurso de educação de qualidade para todos ainda está distante de atingir seu real significado, além disso, foi possível fazer uma reflexão acerca da desigualdade educacional existente no Brasil desde o início da chegada dos europeus.

Pudemos reconstruir um pouco do histórico da desigualdade social de toda sociedade, posteriormente investigamos o histórico da desigualdade no Brasil. Inclusive investigamos como até mesmo as leis do nosso país incentivaram a acumulação de patrimônio e conhecimento pela elite. Assim não só o Brasil não combateu a pobreza, como atuou no sentido oposto. Assim o estado, que sempre foi muito permeado da elite, cultivou desigualdade que são refletidas na bagagem cultural das famílias e consequentemente nas oportunidades que as famílias mais pobres têm oportunidades.

Foi possível perceber de modo geral, que a maioria dos alunos que responderam à pesquisa possuem pais com o nível de escolaridade inferior aos filhos, os pesquisados receberam apoio familiar para começar a graduação. Ao retomar a questão que nos trouxe a essa pesquisa: como a educação pode aumentar ou diminuir a desigualdade? Diante da pesquisa desenvolvida e através dos resultados, foi possível estabelecer algumas conclusões:

Se tratando de objetivo: Foi possível compreender que a desigualdade gera maior instabilidade social, educacional e financeira. Dessa forma, é possível perceber que a construção de uma sociedade desigual, gera pobreza e desinformação.

Percebemos como o habitus foi bastante relevante no incentivo dos discentes em buscarem formação. Primeiro os discentes tiveram experiência com pais, professores e assim se mobilizaram a buscar formação, seja por necessidade de ganho financeiro ou cultural.

A universidade, inclusive, contribuiu para que os discentes obtivessem mais exposição cultural a ponto de adquirirem experiências mencionadas. Conhecimentos outrora elitizados como o acesso à leitura passaram a ser adotados pelos discentes e um pensamento mais crítico também foi cultivado pelas respostas dos discentes.

Há uma sensação de que o ambiente da universidade seja elitista, mas também uma sensação de que esta estrutura esteja mudando com os projetos de inclusão como cotas regionais e raciais.

Considerando todas as respostas, percebemos que a sociedade tem carência acerca de formação que parece não ter sido oportunizada aos brasileiros. O progresso de programas de inclusão e combate à desigualdade permitiu que filhos de agricultores, costureiras, taxistas, comerciantes pudessem acessar o ensino superior. A desigualdade social provavelmente não deixaria de existir por causa destas mudanças sociais, mas o impacto pontual é um esboço de como podemos dar oportunidades ao cidadão de alcançarem uma real igualdade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago; PINTO, José. Remuneração e características do trabalho docente no brasil: um aporte**. Cadernos de pesquisa,** V.41 N.143 MAIO/AGO. 2011.

BERTI, Nívia Martins. **O ensino de matemática no Brasil:** buscando uma compreensão histórica. Ponta Grossa, 2005. Trabalho apresentado na "VI Jornada do HistedBr - História, Sociedade e Educação no Brasil". Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/617/617.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dez. 1996.

BOURDIEU, Pierre**. Coisas ditas/Pierre Bourdieu.** Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CONTANTE, F. **O risco da desigualdade**. 1 ed. Coimbra: Edições Almeida, S.A, 2019. 162 p.

CHARLOT, Bernard. A questão antropológica na Educação quando o tempo da barbárie está de volta**. Demanda Contínua.** Educ. rev. Jan.fev, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62350>. Acesso em: 30 mai. 2021.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 1996. 47-97 p.

CHERQUES, R, H. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática.** Rio de Janeiro: 30 nov. 2007.

CORRÊA, Augusto Guimarães**.** A escravidão e seu contexto no período imperial brasileiro. **Revista Jus**, Teresina, fev. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72061/a-escravidao-e-seu-contexto-no-periodo-imperial-brasileiro>. Acesso em: 26 mai. 2021.

COSTA, C. J.; MENEZES, S. L. A educação no Brasil Colonial (1549-17590). In ROSSI, E. R.; RODRIGUES, E.; NEVES, F. M. (org.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil.** 2. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009. Disponível em: <https://issuu.com/mariajosedasilva1/docs/82432072-livro-fundamentos-historic>. Acesso em: 26 mai.2009.

DARIDO, S. C; SOUZA JÚNIOR, O. M. D. **Para ensinar Educação Física:** possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papirus, 2007.

DINIZ, Mariana. **Trabalhador com menor escolaridade têm mais dificuldade para conseguir emprego**. Agência do Brasil. Brasília, 2017.

DELL PINHEIRO, R. C. **A busca da igualdade na história desigual**. Joinville: Clube dos autores, 2009.

DE SOUZA, Pedro HG Ferreira**. Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos, 1926-2013**. Hucitec Editora, 2018.

ESPERÓN, T. M. Julia. **Pesquisa quantitativa na ciência da enfermagem**. Recife, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/6c6QJ6BLDW3YRjFzfXwMMkC/?lang= pt & format=pdf>. Acesso em: 28 de maio.2021.

FERRASOLI, Dante**.** Elite está nos cursos mais concorridos da USP; a classe C, nos menos. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de nov.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1835996-elite-esta-nos-cursos-mais-concorridos-da-usp-a-classe-c-nos-menos.shtml>. Acesso em: 28 mai. 2021.

FERNANDES, Reynaldo; PAZELLO, Elaine; FELÌCIO, Fabiana. A importância da estrutura familiar e do engajamento no mercado de trabalho na determinação da pobreza no brasil. **pesquisa e planejamento econômico,** Rio de Janeiro, v,32, n.2**,** ago. 2002. Disponível em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4400/1/PPE_v32_n02_Importancia.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GERHARD, F. E.; SILVEIRA, D. T. **Método de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GOOGLE FORMS. **Significados,** 30 de abr. 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Forms>. Acesso em: 30 mai. 2021.

IBGE. **Uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017

IBGE**. PNAD Contínua 2019: rendimento do 1% que ganha mais equivale a 33,7 vezes o da metade da população que ganha menos.** Editoria: Estatísticas sociais, 06 de junho.2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27594-pnad-continua-2019-rendimento-do-1-que-ganha-mais-equivale-a-33-7-vezes-o-da-metade-da-populacao-que-ganha-menos>. Acesso em: 27 mai. 2021.

IEDE, P. Pisa 2018**: Brasil é um dos países com a maior diferença de desempenho educacional entre alunos ricos e pobres, em 2019.** Disponível em: <https://www.portaliede.com.br/pisa-2018-brasil-e-um-dos-paises-com-a-maior-diferenca-de-desempenho-educacional-entre-alunos-ricos-e-pobres/>. Acesso em: 17 mai. 2019.

INEP. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). **www.inep.gov.br**, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa>. Acesso em: 05 jun. 2019.

INEP. Saeb 2017 revela que apenas 1,6% dos estudantes brasileiros do Ensino Médio demonstraram níveis de aprendizagem considerados adequados em Língua Portuguesa - SAEB. **INEP**, 2018. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2019.

INEP. **Avaliação de alfabetização divulgará resultados em maio (2018**). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36188>. Acesso em: 27 mai. 2021.

INAF Brasil 2018: Resultados preliminares. Instituto Paulo Montenegro, Ação Educativa, 4 ed., 2018. Disponível em:<https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. Fundamentos da metodologia científica. **Atlas.** 5 ed. São Paulo, 2003.

LINK. **Significado,** 30 de abr. 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hiperliga%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 30 mai. 2021.

MACIEL, B. S. L; NETO, S.A. educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-470, dez. 2006.

MENEZES, C. J. C. E. S. L. **A educação no Brasil Colonial**. 2 ed. Revisada e Ampliada. Paraná: Maringá, 2009.

MATOS, João**. Matemática, educação e desenvolvimento social – questionando mitos que sustentam opções atuais em desenvolvimento curricular em matemática.** Universidade de Lisboa. 2005.
Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Joao-Matos-25/publication/255645589_Matematica_educacao_e_desenvolvimento_social_-_questionando_mitos_que_sustentam_opcoes_actuais_em_desenvolvimento_curricular_em_matematica/links/578edb4608ae9754b7e9f77a/Matematica-educacao-e-desenvolvimento-social-questionando-mitos-que-sustentam-opcoes-actuais-em-desenvolvimento-curricular-em-matematica.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. A “Lei do Boi” e a relação entre educação e propriedade: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Tempos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 434-464, 2017.

NASCIMENTO. Matheus. O Enem e as desigualdades sociais. **Jornal da Universidade.** Porto Alegre, 24, jan. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/o-enem-e-as-desigualdades-sociais/>. Acesso em 27 mai. 2021.

O retrato da educação brasileira no século XXI. São Paulo: portal da educação tecnologia educacional ltda, 2015.

PISA. **PISA 2000: RELATÓRIO NACIONAL.** Brasília, dezembro de 2011.

REIS, Maurício Cortez; RAMOS, Lauro. Escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos. **Revista brasileira de economia**, v. 65, n. 2, p. 177-205, 2011.
RIBEIRO, P. R. M. **História da Educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**, Ribeirão Preto, jul. 1993. 15-30.

ROBERT, S. E. **Pesquisa qualitativa:** estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

ROQUE, Tatiana. **História da matemática: Uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas.** Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=i2_TDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=roque+2012+matem%C3%A1tica&ots=WG5tl8kiyB&sig=PcMbFrkony6WEkRDdMQ5JMEmbkY>. Acesso em: 23 mai. 2021.

SAMPAIO, G.; OLIVEIRA, R. **Dimensões da desigualdade educacional no Brasil.** RBPAE - v. 31, n. 3, p. 511 - 530 set./dez. 2015.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. Edusp, 2007.

SAVIANI, Demerval. Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 69. Campinas:dez.1999.

SETTON, J, M. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação,** n º 20, Mai.Jun.Jul.ago. 2002.

SCACHETTI, Ana. **Mestres quase nobres**. Nova escola, 2013.
Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3442/mestres-quase-nobres>. Acesso em: 22 mai. 2021.

SILVA, A.P; SANTOS, C.S. História da educação no brasil: tentativas de estruturação e
organização escolar no período imperial. Aparecida de Goiânia: Editora Alfredo **Nasser. V 5, N. 1, jan-dez. 2019.**

SOARES, S. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): TEXTO PARA DISCUSSÃO, n.º 1166. Brasília: fev. 2006.

STAKE, E.R. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam.** Tradutor: Karla Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011. 22p.

STATUS. **Significados,** 30 abri. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto_social>. Acesso em: 30 mai. 2021.

O retrato da educação brasileira no século XXI. São Paulo: PORTAL DA EDUCAÇÃO TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA, 2015.

TEIXEIRA, P. L; BELCHIOR, B. E; SOUSA, C. T.; MOREIRA, M. J. Concentração nas atividades agropecuárias de Goiás entre 1996-2006: implicações para o desenvolvimento rural sustentável**. CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 6, n. 12, ago. 2011.**

UNESCO. **O Ensino Médio no Século XXI: desafios, tendências e tendências e prioridades.** Cadernos UNESCO. Educação, vol 9. Beijing, República Popular da China 21-25 de maio de 2001.

UNESCO. **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade / organizado por Romualdo Portela de Oliveira e Wagner Santana. – Brasília: UNESCO, 2010.

VENTURI, G.; TORINI, D. **Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil.** Organização Internacional do Trabalho: Genebra, 2014.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO VIRTUAL

CONTEXTO SOCIAL E INFLUÊNCIAS

Pergunta 1: Descreva a formação escolar dos seus pais e suas profissões ou atividades.
Resposta aberta

Pergunta 2: Você acredita que a sua formação como professor terá impacto em seu status social?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não tenho certeza

Pergunta 3: Você avalia o crescimento financeiro ou crescimento cultural como o ganho mais relevante da sua formação?
( ) Crescimento cultural
( ) Crescimento financeiro
( ) Crescimento cultural e crescimento financeiro
( ) Nenhum

Pergunta 4: Houve incentivo familiar de sua família, professores, amigos ou semelhantes para sua formação?
( ) Sim
( ) Não
( ) Incentivo Parcial

Pergunta 4.1: Exemplifique como estes incentivos podem ter contribuído em suas escolhas.

DOCÊNCIA E MUDANÇA DE HÁBITOS

Pergunta 5: O que te motivou a ser docente?
Resposta aberta

Pergunta 6: Você adquiriu hábitos novos (passou a ler mais, aprecia mais alguma expressão artística, música e etc.) com relação aos costumes que você tinha antes de ser estudante universitário?

( ) Sim

( ) Não

Pergunta 6.1: Caso a resposta anterior tenha sido sim, exemplifique:

Pergunta 7: Refletindo sobre o conhecimento matemático e pedagógico adquirido durante a graduação, qual a sua avaliação pessoal sobre esses conhecimentos na sua forma de ver a sociedade e seu papel como educador?

Resposta aberta

AMBIENTE ACADÊMICO

Pergunta 8: Você considera a universidade um ambiente elitista? Por quê?

Resposta aberta

Pergunta 9: Sem citar nomes, existem professores em quem você se inspira como profissional? Qual o motivo?

Resposta aberta

Pergunta 10: Você se considera mais crítico depois que iniciou seu curso? A que você atribui isto?

Resposta aberta

Pergunta 11: Suas perspectivas profissionais mudaram durante a graduação?

Resposta aberta